

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS VI
LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS**

Simone Pereira Silva Araújo

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: O preconceito nas entrelinhas**

Caetité - 2018

Simone Pereira Silva Araújo

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: O preconceito nas entrelinhas**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao colegiado de Letras da
Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
Departamento de Ciências Humanas,
Campus VI de Caetité – BA, como pré-
requisito para obtenção de título de
Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Ginaldo Cardoso de Araújo

Caetité - 2018

Dedico aos meus pais, Hilton e
Cleusa, com todo amor que existe
em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um dom dado por Deus, é o reconhecimento de que não somos autossuficientes e que cada uma de nossas vitórias tem um pedacinho daqueles que nos rodeiam.

Agradeço:

- A Deus pelo dom da vida, pela sua benignidade, pela saúde que me dispõe todos os dias, pela oportunidade de crescimento e de chegar até aqui.
- Aos meus pais, Hilton e Cleusa, pela força que me deram todos os dias em que fraquejei, por terem segurado em minha mão, me ajudando a erguer-me. Meu pai, sendo o melhor dos amigos e minha mãe, sendo minha pequena onipotente, que tudo faz para ver seus filhos felizes. Enfim, agradeço por serem os pais que todo filho desejaria ter.
- Ao meu irmão, amigo e cúmplice, Samuel, pelas palavras de incentivo e pelo exemplo de luta e determinação, o menino homem que viu o mundo aos seus pés e o dominou como se fosse brinquedo.
- Ao meu esposo, Fernando, por ter trilhado essa caminhada ao meu lado, me dando força sempre e, ao mesmo tempo, peço perdão pelos momentos em que o nervosismo falou mais alto (rsrsrs).
- Agradeço, em memória, aos meus avós Olga e Manoel que depois de já velhos decidiram se tornar pais novamente, dando a mim (e a Samuel) todo o amor que tinham. Infelizmente não estão aqui para traçarem a linha de chegada ao meu lado, mas, estão em cada linha dessa monografia, inspirando-me e impulsionando-me a vencer.
- A Amélia, minha tia e companheira que sempre esteve comigo.
- A minha amiga Juciara, por ser a melhor de todas, por estar sempre ao meu lado independente das circunstâncias, sendo muito mais que uma amiga, uma irmã.
- A todos os meus familiares e amigos, pelas constantes palavras de incentivo e pela felicidade que proporcionam à minha vida.
- As minhas colegas da turma de 2013 pelo companheirismo durante todos esses anos que passamos juntas, foram muitos momentos felizes que guardarei para sempre na memória.
- Aos todos os meus professores, a quem devo todo o conhecimento acadêmico que adquiri até aqui.

- A minha banca examinadora: A Professora Andréia Vilaça, por ter me inspirado em suas aulas a desenvolver esta pesquisa e por tê-la iniciado ao meu lado. E ao Professor Ricardo Tupiniquin Ramos, por ter acompanhado a turma desde nossos primeiros passos, dando apoio profissional e pessoal sempre que precisamos, ultrapassando o papel de professor para alcançar o papel de amigo.
- Agradeço, por fim, ao meu orientador Ginaldo Araújo que dispôs de seu tempo para ajudar-me na elaboração deste trabalho, sendo sempre muito responsável, prestativo, enfim, um excelente profissional.

Concluindo, agradeço a todos que passaram pela minha vida durante os cinco anos que passei na universidade. Agradeço pelas palavras de incentivo que me impulsionaram e até mesmo pelas palavras de desânimo, já que foram elas que me fizeram refletir e ter a certeza que o melhor ainda é pouco. Agradeço à vida pelos desafios que tive que vencer, pois cada um deles me deixou mais forte.

Obrigada!

RESUMO

O presente estudo monográfico se insere no campo das discussões sobre a linguagem. Apresenta, de forma específica, resultados de uma pesquisa acerca do preconceito linguístico no livro didático de Língua Portuguesa, utilizado numa escola pública do município de Caetité, Bahia. Intencionou-se nesta investigação observar se o livro didático busca a promoção de um ensino eficaz quando à desconstrução do preconceito linguístico. A monografia consta, além de introdução e conclusão, de três capítulos, nos quais se desenvolve um estudo a cerca da variação linguística e sua relação com o ensino de língua portuguesa, tomando por base os Parâmetros Curriculares Nacionais, além de Bagno (1999, 2000, 2007), Brasileiro (2014), Colto (1986), Silva (2010), entre outros. Os resultados do estudo apontaram que o livro em análise apresenta um avanço significativo em relação à abordagem da variação linguística, sendo que apresenta informações sobre os tipos de variação e o preconceito linguístico que até pouco tempo eram completamente ignoradas, contudo, isso é feito de forma muito superficial ainda. O livro didático analisado apresenta uma tira que faz analogia ao preconceito sem propor uma desconstrução do tema, usando-a como um pré-texto para a introdução do conteúdo, ficando a cargo do professor a responsabilidade de problematizar a temática em sala de aula, fazendo a mediação do conteúdo no intuito de desconstruir os preconceitos e contribuir para a formação de cidadãos críticos.

Palavras-chave: Variação linguística. Livro didático. Língua Portuguesa. Preconceito linguístico.

ABSTRACT

The present monographic study is inserted in the field of the discussions about a language. It presents, in a specific way, results of a research about the linguistic prejudice in the textbook of Portuguese Language, used in a public school of the city of Caetité, Bahia. The goal of this investigation was to observe whether the textbook seeks to promote effective teaching when deconstructing linguistic prejudice. The monograph includes, in addition to the introduction and conclusion, three chapters, in which a study is developed about the linguistic variation and its relation with the teaching of Portuguese language, based on the National Curricular Parameter, besides Bagno (1999, 2000, 2007), Brasileiro (2014), Colto (1986), Silva (2010), among others. The results of the study pointed out that the book under analysis presents a significant advance in relation to the linguistic variation approach, presenting information about the types of variation and linguistic prejudice that until recently were completely ignored, however, this is done in a very superficial way yet. The textbook analyzed presents a strip that makes analogy to the prejudice without proposing a deconstruction of the theme, using it as a previous text for the introduction of the content, being the charge of the teacher the responsibility of problematizing the theme in the classroom, doing the meditation of the content in order to deconstruct prejudices and contribute to the formation of critical citizens.

Keywords: Linguistic variation. Textbook. Portuguese language. Linguistic prejudice

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	13
1.1 Considerações sobre a variação linguística	13
1.2 Relação entre variação linguística e o ensino de língua portuguesa	19
2 A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO COMO APOIO PARA A MEDIAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	27
2.1 Um breve histórico do livro didático de língua portuguesa	27
2.2 o ensino de língua portuguesa proposto pelos PCN's	30
3 O PRECONCEITO NAS ENTRELINHAS: ANÁLISE DA ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA FEITA PELO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: “PORTUGUÊS LINGUAGENS”	37
3.1 Conhecendo o livro didático através do PNLD	37
3.2 Quem é o aluno que iremos formar?.....	40
3.3 Argum Pobrema?	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE – Questionário para traçar perfil do aluno	56

LISTA DE IMAGENS

Gráfico 1 - Questão 2: Idade	39
Gráfico 2 - questão 3 e 4: local de moradia	39
Gráfico 3 - questão 5: nível de instrução do pai	40
Gráfico 4 - questão 6: nível de instrução da mãe	40
Gráfico 5 - questão 11: costuma usar gírias	40
Gráfico 6 - questão 10: possui celular	41
Gráfico 7 - Em que mais usa o celular	41
Imagem 1 – Tira de Adão Iturrusgari	47
Imagem 2 – Tira de Fernando Gonsales	49

LISTA DE SIGLAS

FNDE - Fundo de Desenvolvimento da Educação

PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

LISTA DE ABREVIATURAS

LD – livro didático

LDP – livro didático de português

PB – português brasileiro

PL – português lusitano

INTRODUÇÃO

O ser humano, como ser social, envolto por pessoas de diversas culturas, está constantemente sujeito a ser vítima ou vilão de preconceitos quando se trata de diferenças, sejam elas de raça, etnia, crença, classe social e até mesmo de variantes linguísticas. Estas, porém, são pouco tratadas pelos meios de comunicação e, por ser muito sutil, muitas vezes nem é tida como preconceito. É, todavia, uma forma de discriminação às classes sociais menos abastadas e se deve ao sentimento de soberania por parte dos grupos econômico e socialmente privilegiados da sociedade.

Atualmente, o preconceito, seja ele qual for, é muito tratado na mídia, nas escolas, na rua, tudo isso com a intenção de que ele seja extinto, porém há a necessidade de um olhar voltado para o preconceito linguístico no Brasil como sendo tão causador de sequelas na sociedade quanto o preconceito racial, étnico e social.

Devido às depreciações e humilhações vivenciadas nos mais diversos lugares, principalmente na escola, este estudo intenciona analisar a forma como a variação linguística é abordada no contexto escolar através do livro didático utilizado, uma vez que é neste espaço de formação que muitos educadores, por meio de atitudes e conceitos equivocados, têm em muito colaborado com o aumento da discriminação, gerando como consequência a deficiência no desenvolvimento do aluno e, logo, da sociedade em geral. Há, assim, um desrespeito às variações linguísticas que em nada interferem na efetivação das práticas discursivas e na compreensão da fala, mas muito interferem na vida do indivíduo quando ilustradas de forma preconceituosa.

Este estudo surgiu pelo misto de desejo e necessidade de que as escolas, por meio de seus educadores e materiais didáticos que dispõem, promovam uma profunda reflexão a respeito dessa ideologia elitista e opressora que vem reproduzindo atitudes preconceituosas perante o uso que certos grupos sociais fazem da língua que falamos, visando a escola contribuir para a diminuição ou erradicação deste fator que causa constrangimentos e, muitas vezes, efeitos psicológicos irreversíveis nos grupos oprimidos.

É importante salientar que a desconstrução desse preconceito é muito importante para desconstruir também a desigualdade, característica marcante da realidade do Brasil, uma vez que atitudes preconceituosas em relação à língua do outro podem diminuir suas oportunidades no campo profissional e ascensão social.

Sabendo-se que não existe ser sem língua, e, logo, sem cultura, não existe razão para que uma cultura se imponha como superior a outra, bem como seu sistema linguístico. A variante linguística diferente do padrão aceito como o mais prestigiado socialmente em nada intervém na apreensão dos enunciados, de modo que é uma afirmação equivocada dizer que alguém fala errado, um comportamento que pode causar nefastos efeitos à formação do educando nos seus mais variados aspectos.

Para a realização desta pesquisa, autores como Bagno (1999), Brasileiro (2014), Couto (1986) e Silva (2010) foram de grande utilidade para a composição de conceitos como norma e preconceito linguísticos, bem como ponderações acerca do livro didático e o ensino de língua portuguesa.

Quando à metodologia, a abordagem que se aplica neste estudo é predominantemente de cunho qualitativo. Esta modalidade de pesquisa segundo Neves (1996), busca uma melhor compreensão do fenômeno a partir da visualização do contexto com relação ao objeto de estudo, como, de fato, buscou-se nesta pesquisa uma visualização do contexto social em que se encontra o ensino de língua portuguesa, bem como a variação linguística, visando compreender como se dá o tratamento da variedade linguística na perspectiva da desconstrução do preconceito.

Este estudo faz uso, também, de elementos da pesquisa quantitativa que, segundo Neves (1996), busca enumerar eventos e faz uso de instrumentais estatísticos para a análise de dados e, segundo Ludwing (2014), faz uso da linguagem matemática na apresentação dos resultados alcançados. A utilização dessa abordagem se justifica pela necessidade da quantificação, para montar o perfil do público alvo a quem o livro didático analisado se destina.

Para a produção dos dados da pesquisa, foi feita, inicialmente, a aplicação de questionários a 119 alunos do sexto ano do Ensino fundamental II de uma escola pública do município de Caetité, Bahia, para conhecer o contexto socioeconômico e cultural dos estudantes. Em seguida, foi feita a análise do livro didático de língua portuguesa utilizado nas turmas em que foram aplicados os questionários. Assim,

esta investigação tem, também, um viés documental, já que este tipo de pesquisa “é construída pelo exame de materiais que [...] podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar” (NEVES 1996). No caso deste estudo, o material ou documento examinado é o livro didático de língua português: “Português Linguagens” (2015).

Objetivando analisar a abordagem da variação linguística no livro didático e sua importância para um ensino de língua portuguesa eficaz e livre de preconceitos, este trabalho apresenta, além de introdução, três seções. A primeira, intitulada “A variação linguística e o ensino de língua portuguesa”, discute conceitos como língua, linguagem e fala e a relação destas com a variação linguística, além disso, promove uma relação entre a variação linguística e o ensino de língua portuguesa.

A segunda, intitulada “A importância do livro didático como apoio para a mediação do ensino da língua portuguesa”, traz um breve histórico do livro didático, apontando suas nuances e parte das mudanças que a modernidade lhe trouxe, além disso, aborda a proposta dos PCN’s para o ensino de língua portuguesa.

E a terceira, intitulada “O preconceito nas entrelinhas: análise da abordagem da variação linguística feita pelo livro didático de língua portuguesa: “português linguagens””, apresenta ponderações acerca do livro didático sob a ótica do PNL, além da descrição e análise do livro, bem como uma crítica ao tratamento que é dado à variação linguística no mesmo.

O tema deste estudo é muito importante para estudantes do curso de letras e deveria ser estudado com mais profundidade, pois todos eles podem se deparar com situações e preconceito linguístico em sua sala de aula, ou mesmo ser um disseminador deste se não houver um conhecimento aprofundado a respeito do mesmo. Assim, na condição de concluinte do curso de Letras Vernáculas, busco conhecer as variantes da língua portuguesa para lutar contra o preconceito linguístico e conscientizar meus alunos e pessoas em geral da necessidade do respeito mútuo às diferenças para um real desenvolvimento individual e social. No âmbito acadêmico, intenciono, com este estudo, contribuir para a ampliação e fortalecimento dos estudos e discussões sobre o tema, bem como auxiliar a Universidade e as escolas de Educação Básica a pautarem o preconceito linguístico em seus espaços, lançando sobre ele novos olhares e novas concepções de enfrentamento.

1 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

1.1 Considerações sobre a variação linguística

Entender o que é língua e linguagem é o primeiro passo para um possível entendimento do que seja variação linguística. Para tanto, faz-se necessário uma pequena viagem pelo mundo da linguística, ciência que estuda a língua e os fatos a ela relacionados e, posteriormente, à sociolinguística, que abordaremos mais adiante.

A linguística passou por três momentos antes de definir seu verdadeiro objeto de estudo, tendo como primeiro momento os estudos iniciados pelos gregos e continuado pelos franceses que promovia a formulação de regras que viriam a distinguir as formas corretas das incorretas visando uma normatização na língua, resultando no que chamamos de “gramática”. Passou pela filologia, porém, esse campo de estudo não tem a língua como seu único objeto de pesquisa, antes visa a interpretação de textos apegando-se muito servilmente a língua escrita e esquecendo-se da língua falada. Já o terceiro momento começou pelas mãos de Franz Bopp na obra “Sistema da conjugação do sânscrito” de 1816 em que o autor percebeu que as línguas poderiam ser comparadas.

Esse novo método de pesquisa persistiu em um conjunto de conceitos errôneos, entre eles, um que já vem desde o estabelecimento da tradição gramatical, que é a ideia de que a língua seria uma esfera a parte, como um quarto reino da natureza, e por isso, deveriam ser estudadas isoladamente, tais conceitos hoje causam espanto, porém, não se pode negar que foi a partir desses erros que surgiu a linguística propriamente dita e em meados de 1870 percebeu-se que as correspondências entre as línguas não passavam de aspectos do fenômeno linguístico, sendo a comparação um meio para conhecê-la de fato.

No início do século XX, mais precisamente em 1916, foi publicada a obra “o curso de linguística geral” por Charles Bally e Albert Sechehaye, composta por apontamentos de ambos e de outros estudantes que outrora foram alunos de Ferdinand Saussure na Universidade de Genebra. A obra divulga a proposta positivista com conceitos, objetivos e pressupostos delimitados para o estudo da

linguagem, apresentada por Saussure, que propôs conceitos norteadores que ainda hoje servem de fundamentos para os estudos linguísticos contemporâneos, entre eles a dicotomia língua *versus* fala, que muito abordaremos nesta pesquisa.

Considera-se então, que, pelas mãos de Ferdinand Saussure e seus estudos estruturalistas, rompe-se com a ideia de língua até então adotada surgindo uma nova concepção que a vê como um conjunto de signos que se combinam de acordo com regras preestabelecidas e, além disso, como objeto de estudo da linguística, o que lhe confere o estatuto de ciência, trazendo conceitos e reflexões significativas às análises linguísticas posteriores.

De acordo com Saussure (2012),

A linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas clássicas ou de decadência considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a “bela linguagem”, mas todas as formas de expressão (SAUSSURE, 2012, p. 37).

Assim, à linguística cabe, além de definir a si própria, conhecer e descrever a história de todas as línguas que lhe estiver ao alcance, identificando as forças que as influenciam bem como os fenômenos peculiares de sua história, sendo, portanto, possuidora de grande importância para a cultura geral, já que lhe cabe dissipar o quanto possível ideias errôneas geradoras de preconceitos.

A partir de seus estudos relacionados à linguística, Saussure (2012) toma a língua como a norma de todas as manifestações da linguagem, sendo, “[...] ao mesmo tempo, um produto social da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2012, p. 41). Mais adiante, Saussure traz que a língua é “[...] exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade” (SAUSSURE, 2012, p. 46).

Para o autor, a língua é a parte social da linguagem e ambas são essenciais uma à outra; não se pode, contudo confundi-las. Em relação à linguagem, Saussure diz que ela é:

[...] Multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em

nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (SAUSSURE, 2017, p. 41).

Ao lado da língua e da linguagem, encontra-se ainda a fala que, para Saussure é um ato individual de vontade e inteligência, no qual o falante fará as combinações adequadas ao propósito de exprimir seu pensamento utilizando mecanismos psicofísicos que lhe permitiram exteriorizar essas tais combinações.

Assim, pode-se perceber que língua, linguagem e fala estão intrinsecamente ligadas e, juntas, promovem e possibilitam o discurso, já que a língua, social e independente do indivíduo, é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos e a fala, individual, é necessária para que a língua se estabeleça.

A partir de tais definições é possível perceber que a perspectiva de língua e linguagem adotada por Saussure considera a linguagem heterogênea, mas a língua, homogênea. Entretanto, tal perspectiva, logo mais será questionada por outros teóricos, que voltaram seus olhares à falta das questões sociais nestes estudos.

Até aqui foi possível perceber que a linguística tem como papel estudar a língua e explicar os fenômenos inerentes a ela. Aprofundando um pouco mais nesta ciência, podemos perceber que ela se divide em duas áreas, a microlinguística que, segundo Silva (2010), promove um estudo mais tradicional da linguagem, preocupando-se com a língua em si e não com fatores sociais que poderiam afetar o discurso do falante; e a macrolinguística que, considera as implicações provocadas pelo ambiente externo sendo párea à psicolinguística, à análise do discurso, à dialetologia, à pragmática e a sociolinguística que abordaremos a partir de agora.

Como vimos, Saussure (2012) determinou ser a língua objeto de estudo da linguística, um fruto da convenção social, portanto, homogênea, coletiva, estável e exterior ao indivíduo. Desse modo, a língua seria um sistema transmitido de geração em geração de cujos processos linguísticos o falante não teria consciência, enquanto a fala seria o uso individual por parte dos falantes, sendo considerada heterogênea.

Porém Bakhtin (2005, apud THOMAZ 2014) não concordou com essa ideia. Para ele, a língua não poderia ser aceita como homogênea. Tal perspectiva apontou a necessidade do estudo em conjunto de duas entidades, a língua e a sociedade, trazendo à tona o papel dos fatores sociais para a configuração das línguas, sendo estes, até então, desconsiderados pelas outras teorias. Para Bakhtin (2005, apud

THOMAZ 2014) o sujeito é considerado atuante e se constitui na e pela linguagem, sendo esta por sua vez, construída por signos ideológicos, construídos sócio-historicamente, que refletem as mudanças ocorridas na sociedade. Para o mesmo autor, os estudos da linguagem não podem ignorar a realidade da comunicação social cujo caráter fundamental está na interação verbal e, logo, no enunciado que é sempre moldado pelo falante para o contexto social, histórico, cultural e ideológico.

A partir de tais ideias, os estudos da língua voltados para a perspectiva social se firmam definitivamente, surgindo em meados de 1950 os estudos sociolinguísticos que posteriormente tomam mais força pelas mãos de Willian Labov por volta de 1963, para quem a sociolinguística não é um ramo da linguística, mas é a própria linguística. Este, apesar de não ter sido o primeiro sociolinguísta, é considerado o iniciador desse modelo teórico metodológico que mostra uma reação à ausência do componente social nos modelos de análise propostos até então, “[...] insistindo na relação entre língua e sociedade e na possibilidade de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada” (TARALLO, 2004, p. 7).

A sociolinguística é, portanto, uma área da linguística que estuda a linguagem em meio à sociedade, tendo como objeto de estudo a diversidade linguística enquanto língua falada, observada, descrita e analisada no meio em que se encontra inserida, estudando os padrões de comportamento linguísticos observáveis, bem como a estabilidade ou mutabilidade que apresentam, fazendo compreender a importância de demonstrar que a língua não é estática, mas heterogênea, variável e instável, como diria Bagno (2007), está sempre em desconstrução e reconstrução.

Segundo o mesmo autor, a língua é “uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendida por todos os seus falantes cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita” (BAGNO, 2007, p. 36). Um pouco mais adiante Bagno vem dizer que nas sociedades complexas e letradas existe uma realidade linguística composta de duas vertentes: a variação linguística e a norma padrão, sendo aquela a transformação ocorrida dia a dia na língua e esta um modelo artificial criado e imposto na tentativa de amenizar os efeitos da variação a caráter de um suposto comportamento linguístico adequado.

Labov (1983, apud SILVA 2010) relaciona fatores como idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude ao comportamento linguístico à heterogeneidade da língua e correlaciona-a à heterogeneidade social. O mesmo autor, concluiu em

1968 uma pesquisa sobre a estratificação social do inglês em Nova York e nela propôs um modelo de descrição e interpretação chamado de sociolinguística variacionista ou teoria da variação.

A análise da língua feita sob essa perspectiva leva em conta a língua em uso bem como as escolhas feitas pelo seu falante, defendendo que tais escolhas não dependem apenas de fatores internos à estrutura da língua, mas também a fatores relacionados às situações de comunicação. A percepção da língua como sistema heterogêneo coloca a variação linguística no centro do processo de estruturação da língua.

A citada “língua em uso” é tratada por Tarallo (2004) em sua definição de fala:

[...] é o veículo linguístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo face a face. É a língua que usamos em nossos lares ao interagir com os demais membros de nossas famílias. É a língua usada nos botequins, clubes, parques, rodas de amigos; nos corredores e pátios de escolas, longe da tutela de professores. É a língua falada entre amigos, inimigos, amantes e apaixonados (TARALLO, 2004, p. 19).

De acordo com o autor, é possível perceber que a língua em uso trata-se de uma prática da linguagem sem atenção voltada para o como falar, ou seja, para as regras e normas, mas é uma expressão livre e individual do falante de acordo com o ambiente em que se encontra e com o grau de monitoramento necessário.

Em relação à consciência que se tem da língua em uso, Labov (2008, apud THOMAZ, 2014) apresenta a reação dos falantes aos estímulos linguísticos que lhe são apresentados, dividindo-os em dois tipos: os indicadores, que ficam abaixo do nível de consciência e dizem respeito à mudança linguística no início de sua implementação (regularização dos verbos irregulares em português); os marcadores, que apontam diferença social e estilos de fala e os estereótipos que têm relação com o padrão estilístico, gênero e diferenciação socioeconômica, mostrando que o nível de consciência é uma propriedade importante da mudança linguística.

É importante que aqui não se confunda variação com mudança, de acordo com Thomaz, “[...] nem toda variabilidade e heterogeneidade implica mudança, mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade” (THOMAZ, 2014, p. 20), o processo de mudança linguística não é feito por meio de uma simples substituição de um elemento por outro, este processo implica em um quadro de variação em que há fases em que as variantes coexistem, comportando como concorrentes e outras

em que uma variante termina por vencer a outra. Assim, é possível entender que na língua em uso, numa comunidade haverá formas linguísticas em variação podendo estar em co-ocorrência, em transição ou em implementação.

Como a língua é variável, pode-se dizer que a mudança linguística é o estado normal da língua e não a estabilidade. De acordo com Silva (2010, p. 20) “denomina-se variação linguística o uso de um elemento no lugar de outro sem alteração semântica. Ou seja, os falantes recorrem aos elementos linguísticos diferentes para expressar as mesmas ideias”. Dessa forma, percebe-se que a variação é tão natural quando a comunicação que ocorre dia a dia em uma comunidade.

Silva (2010) divide a variação linguística em cinco classes: a variação diacrônica, que é a mudança que ocorre no decorrer do tempo; a variação diatópica ou variação geográfica, em que os modos de falar diferem de lugar para lugar, como zona rural e zona urbana, por exemplo, além do sotaque de cada região; a variação diastrática, em que os modos de falar têm distinções relacionadas a classes sociais, cultura e nível de escolaridade; a variação diamésica, que ocorre entre as modalidades oral e escrita, levando-se em conta que existem gêneros textuais mais próximos da fala e outros mais próximos da escrita, não havendo um padrão restrito; e, por fim, a variação diafásica, em que há o uso diferenciado e individual da língua pelo indivíduo de acordo com o grau de monitoramento com relação à (in)formalidade da situação de comunicação.

Levando para a prática, podemos exemplificar tais classes de uma forma mais contundente, a variação diatópica, que se constitui das variações que existem em regiões diferentes, engloba, por exemplo, o sotaque e a variação de nomes para denominar um mesmo elemento.

Já a variação diastrática que é aquela que se relaciona e se modifica com a identidade da pessoa, ou seja, a variação se dá entre classe social, idade, sexo e o contexto social, pode-se perceber que o jovem faz uso constante de gírias e o idoso não faz e dependendo da classe social este mesmo ainda possuirá limitações na fala, não tendo a capacidade de modificar sua linguagem de acordo com o contexto, ou seja, ela fala da mesma forma com seus amigos e com as autoridades, a classe social e a idade são os principais casos em que há dificuldade para se fazer adaptações na fala.

Por fim, a variação diafásica, que é aquela em que o indivíduo adequa sua fala de acordo com o momento de uso, são aqueles momentos em que é necessário fazer uso do estilo formal ou informal. De acordo com Camacho (1984), é possível considerar dois limites extremos na transição entre os diferentes estilos possíveis: o estilo informal, em que é mínimo o grau de reflexão sobre as formas empregadas e estilo formal, em que é máximo o grau de reflexão sobre essas formas.

1.2 Relação entre variação linguística e o ensino de língua portuguesa

A língua portuguesa surgiu na Península Ibérica, lugar que teve sua língua modificada (pelas influências do povo invasor) em cada invasão sofrida, primeiro pelo povo romano, depois germânico e posteriormente muçulmano. A partir do século XIV, a língua portuguesa foi levada para outras partes do mundo através das Grandes Navegações fato que ocasionou o enriquecimento desta com as variedades encontradas.

Segundo Ramos (2016) o português brasileiro (PB) está muito relacionado com o português lusitano (PL), porém já esteve mais, devido às bases africanas, indígenas e de imigrações o PB adquiriu novos vocábulos e novas formas, da mesma forma que o PL também o fez.

Devido a muitas influências linguísticas, surgiram no PB variações linguísticas que levam muitos a considerarem que o PB é inferior ao PL, mesmo com diferenças culturais e linguísticas que as permeiam. Contudo, ambas possuem itens lexicais correspondentes, porém, estão incluídas em contextos sociais diferentes e não há uma superior à outra.

Como a língua é instável e heterogênea, não há a possibilidade de impedir sua evolução e as transformações decorrentes dela. Para Tarallo (2004), havendo a implantação de uma norma padrão haveria uma unidade da língua, porém isso ignoraria os dialetos existentes em todo país além de ignorar o fato de que é um mito que os mais escolarizados usam fielmente a norma padrão, já que muitos se sentem incapazes e incompetentes em relação à sua língua materna, isso porque o ensino da língua portuguesa tradicionalmente baseia-se no estudo da gramática normativa e na memorização de regras e conceitos, prática que hoje já não pode ser aprovada, pois, para que haja um estudo proveitoso da língua são necessárias práticas de oralidade, compreensão, leitura e escrita.

Entretanto, é preciso compreender a importância de uma unidade na variedade, considerando que a unidade seja a sociedade em geral, e que ela será a responsável pela disseminação da língua e dos conhecimentos abarcados a partir da mesma, inclusive a heterogeneidade, ou seja, o indivíduo, ao repassar sua língua aos descendentes está repassando também as variantes que constituem seu meio, independente da intolerância elitista existente sobre a elas. Intolerância esta que busca promover a imposição de uma homogeneização linguística cercada por preconceitos seguidos por normas que não condizem com a realidade da maioria da população.

Sabe-se que a língua é heterogênea, ou seja, é composta por variantes constituídas por dialetos provenientes de regionalismos, classes sociais, sexo, idade, cultura etc., portanto, desejar que a língua seja homogênea seria ignorar a história, a identidade do povo falante desta língua. De acordo com Alkmim (2008, p. 42) “[...] a homogeneidade linguística é um mito, que pode ter consequências graves na vida social. Pensar que a diferença linguística é um mal a ser erradicado justifica a prática da exclusão e do bloqueio ao acesso a bens sociais [...]”, bem como a estigmatização linguística, ou seja, o ato de determinar um indivíduo a partir de sua fala. Camacho (2007) cita o exemplo de uma entrevista de emprego em que uma concorrente diz: “nóis compramo os artigo necessário” e a outra diz: “nós compramos os artigos necessários”. Provavelmente a concorrente que faz uso da variante padrão conseguiria o emprego independente do fato de ser mais competente. É isso que ocorre na sociedade com os indivíduos que utilizam a linguagem informal, são taxados como inferiores antes mesmo que serem averiguadas as suas competências.

O problema maior é que as citadas imposições acabam por prejudicar pessoas de classes sociais baixas, principalmente as crianças, pois se deparam, na escola, como uma realidade linguística totalmente diferente daquela vivida no dia-a-dia. Esta criança obviamente tem dificuldades para aprender, gerando um ciclo, fato esse proporcionado, principalmente pela escola, posto que o ensino do português se baseia em regras gramaticais feitas por pessoas com a realidade totalmente diferente dos alunos que ali estão.

De acordo com Penini (2010, p. 18 apud Thomaz 2014, p. 12) “estudar gramática não leva, nunca levou, ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura e escrita ou fala, nem sequer seu conhecimento prático do português padrão

escrito”. Tanto que, de acordo com Couto (1986), é uma situação corriqueira ouvir pessoas falarem que o português é uma língua muito difícil de falar corretamente, ou alunos dizerem que é uma disciplina chata. Isso se torna uma contradição já que o português é a língua usada pelos brasileiros cotidianamente. Essas alusões a respeito das dificuldades com o português se dão devido às exigências mal fundadas de uma minoria elitizada que tenta a todo custo impor uma norma ao português brasileiro, o problema é que essa norma não condiz com a realidade do povo, tenta-se introduzir à força uma norma lusitanizada, ou seja, a norma referente ao português de Portugal, já que existe o preconceito de que o brasileiro fala errado e o lusitano fala o português correto.

Sabendo-se disso, é importante mostrar aos alunos que a língua é heterogênea, é uma entidade cultural e política e não somente linguística e, por isso, as diferentes formas de falar acabam por possuir valores de prestígio relativos ao prestígio social da comunidade que as produz. De acordo com Thomaz (2014 p. 13), “a variação linguística é um fenômeno inerente a toda língua natural em qualquer comunidade de fala; assim, nenhuma língua é uma realidade unitária e homogênea”, por isso o falante vivenciará situações diferentes e em cada uma delas usará modos diferentes de se comunicar.

Esses valores de prestígio, acima citados, estão relacionados ao contexto de uso da variante, situações definidas pela comunidade como próprias devido ao seu grau de formalidade, ao assunto tratado e a relação entre os interlocutores. Outro aspecto determinante para a elevação da variante de prestígio é o fato de serem faladas por pessoas de classes sociais elevadas, desde muito tempo, a linguagem adequada é aquela que a sociedade dominante usa, portanto, além do poder aquisitivo, a sociedade dominante adquire poder social quanto à valorização e disseminação de sua fala, tendo com inferiores e/ou incapazes, aqueles que não compartilham desta. Dessa forma a língua e poder estão ligados, já que o indivíduo que “fala bem” tem poder de persuasão em relação àqueles que não “falam bem”. De acordo com Gnerre (1985, p. 4 apud Bagno 2000, p. 63), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

A variante considerada de prestígio na sociedade é a variante padrão em detrimento da variedade não padrão que, ao contrário, não tem prestígio na sociedade. Os valores sociais atribuídos aos falantes da variante não padrão são os

mesmos atribuídos à sua fala, ou seja, considera-se que os falantes dessas variantes são inferiores aos falantes da norma culta. Isso se dá devido ao fato de que os detentores da norma culta são os mesmo detentores do poder de atribuir valores a estes cidadãos, ocorrendo por parte desses a discriminação daqueles que não compartilham do seu meio social e da sua fala.

Retomando o que foi dito, as ideias que os gramáticos têm da língua portuguesa não condizem com a realidade, ou seja, são mitos. Dizer que o povo brasileiro não sabe falar português, além de um mito, é uma contradição, já que o brasileiro nasce e cresce ouvindo essa língua. É claro que o português que a gramática quer que falemos realmente não sabemos, pois quer impor como regra ao Brasil uma norma baseada no português de Portugal, considerado o correto. Em concordância, Couto (1986) e Bagno (1999) ponderam que:

Há no mínimo dois conceitos de norma linguística. Segundo um deles, norma é o 'como se diz'. De acordo com o outro, norma é o 'como se deveria dizer'. Como não poderia deixar de ser, a norma que o sistema de ensino (gramática, professores, escola, etc.) tenta impor é a segunda, pelo simples fato de o povo (mesmo o culto) não falar nem escrever de acordo com o que ela prescreve. (COUTO, 1986, p. 75).

A realidade é que apesar de tantos anos terem se passado após essa colocação de Couto, muito pouco se fez para mudar a realidade, pois, geralmente, os livros didáticos que trazem abordagens acerca das variantes linguísticas o fazem de forma mínima, e o pior, fazem-no buscando a adequação dessas variantes à norma padrão, que, como diz Couto (1986), encontra-se em desuso. Em relação a essa norma linguística, Bagno (1999) argumenta que

[...] a norma padrão não faz parte da língua, isto é, não é um modo de falar autêntico, não é uma variedade do português brasileiro contemporâneo. Ela só aparece, e ainda assim nunca integralmente obedecida em textos escritos com alto monitoramento estilístico, nos quais, porém, já é bastante significativa a presença das inovações linguísticas próprias da verdadeira língua dos brasileiros. (BAGNO, 1999, p. 12).

Com as colocações de ambos os estudiosos, é possível perceber que está sendo exigido do brasileiro, e no âmbito escolar está sendo exigido do aluno, algo que está fora de sua realidade. Exige-se do aluno que ele fale uma língua distinta da sua, de forma abrupta, sendo que a não obediência a tal exigência o colocará a mercê da violência provocada pelo preconceito e pela discriminação. A escola e seus recursos deveriam, como formadora de cidadãos críticos, estar em concordância com esses autores que atuam em militância contra o preconceito e a

favor da desconstrução de uma ideia elitista estabelecida e oculta de que o indivíduo que não segue a norma padrão da língua portuguesa não sabe falar e, devido a essa “deficiência”, é incapaz de ser bem sucedido em diversas outras áreas de conhecimento e no mercado de trabalho.

Bagno (1999) e Couto (1986) concordam que é importante salientar o direito do indivíduo de ter acesso a essa conduta linguística, bem como a outros bens materiais. Para Bagno, é necessário “que ele possa se inserir plenamente na vida urbana contemporânea, ter acesso aos bens culturais mais valorizados e dispor dos mesmos recursos de expressão verbal (oral e escrita) dos membros das elites socioculturais e socioeconômicas” (BAGNO, 1999, p. 14). O que se discorda é que a essa conduta linguística em vez de ser oferecida ao aluno como um bem cultural, seja exigida como pressuposto de bom desenvolvimento cognitivo, de bom comportamento e boa índole, já que há uma marginalização daqueles indivíduos que não operam essa língua idealizada como é determinada, principalmente quando fazem parte de comunidades periféricas.

Nesse sentido, a escola é muito mais importante para as camadas populares que para as classes dominantes. Para estas, ela tem, sobretudo, a função de legitimar privilégios já garantidos pela origem da classe; para as camadas populares, a escola é a instância em que podem ser adquiridos os instrumentos necessários à luta contra a desigual distribuição desses privilégios. (SOARES, 1994, p. 73).

Sabendo que as classes dominantes têm real privilégio em relação às classes dominadas e que algum desses privilégios se relaciona à forma como se usa a língua, faz-se necessário que a igualdade, negada pela sociedade seja oferecida pela escola; sendo que a norma padrão

[...] é a linguagem mais próxima das classes dominantes. Não levá-la ao aluno é não lhe dar armas para lutar contra elas. Ele fica diminuído, impotente diante das elites por não dispor dos mesmos recursos de expressão e comunicação que elas [...] (COLTO, 1986, p. 92).

O problema é que essa norma é levada aos alunos nas escolas pressupondo-se que ela já esteja definida, fato que não ocorre. Para que haja a correção desse equívoco, faz-se necessária uma tomada de consciência de que, apesar de

educar ser adaptar o indivíduo a padrões pré-existentes, o indivíduo pode agir sobre os padrões. Estes não são eternos, imutáveis [...] tanto não é legítimo este tipo de padrão que o indivíduo vê certas colocações pronominais, certas regências e concordâncias como algo estranho e hostil que querem lhe impor. Não fazem parte de sua linguagem. (COLTO, 1986, p. 100).

Ou seja, mesmo que a escola ensine os padrões preexistentes, o indivíduo pode agir sobre essa norma e adequá-la à forma que irá suprir suas necessidades comunicativas, pois a norma imposta pela gramática normativa não faz parte da realidade de uma grande maioria de falantes da língua portuguesa.

Para que o ensino da língua seja verdadeiramente satisfatório e seja promovida a quebra de alguns paradigmas preconceituosos existentes, como aqueles que dizem que “o brasileiro não sabe falar português”, que “o português é muito difícil”, que “o português de Portugal é o correto e o do Brasil é incorreto”, devem ser abandonadas as práticas que prezam por uma gramática artificial para dar lugar a práticas de letramento que realmente promovam a inserção do indivíduo na complexa cultura letrada em que vivem. Afinal, a língua varia tanto quanto a sociedade varia, sendo um erro estudar a língua como um fenômeno imutável.

Esses paradigmas preconceituosos, juntamente com a imposição da norma padrão são responsáveis em grande parte pelo preconceito linguístico e este, assim como todo preconceito deve ser desconstruído. De acordo com Bagno (1999), para que isso aconteça é necessário,

acionar nosso senso crítico toda vez que nos deparamos com um comando paragramatical e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes [...] é necessário lançar dúvidas sobre o que está escrito ali, questionar a validade daquelas explicações, filtrá-las, tomando inclusive, como base seu próprio saber linguístico, devidamente valorizado. (BAGNO, 1999, p. 140).

Adotando uma nova postura, em que haja reflexão a respeito daquilo que está sendo transmitido e não mais repetição de conhecimento, o educador se tornará capaz de questionar e amenizar o preconceito linguístico, bem como a insegurança linguística que este causa nos educandos. Mesmo quando o livro didático ou qualquer outro recurso não fizer este papel, retomado a fala de Bagno, deve-se filtrar as informações realmente úteis, e denunciar as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes, que ao invés de formar cidadão, promoveram uma deformação nos mesmo enquanto aprendizes.

De acordo com Bagno (1999), para um ensino de língua desconstrutor de preconceitos, é necessário que o profissional da educação esteja sempre atualizando seus conhecimentos, conscientizando-se que o falante nativo da língua é capaz de expressar-se em sua língua materna, passando aos alunos o que

realmente importa na gramática e não transmitir mais esse tipo de preconceito que faz com que muitos se isolem por acharem que não sabem falar.

Deve-se entender que os chamados “erros de português” nada mais são que desvios a uma gramática que está além e aquém dos usos linguísticos brasileiros. Afinal, ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, sendo necessária apenas uma ampliação de seus recursos comunicativos, a fim de que este falante seja capaz de atender às mais diversas convenções sociais nas quais são exigidos usos linguísticos mais especializados do que aqueles usos diários em que não há o monitoramento.

Bortoni-Ricardo nos permite complementar essa ideia quando diz que “todas as sentenças produzidas pelos falantes de uma língua são bem formadas, independentemente de serem próprias da chamada língua padrão ou de outras variedades” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 71), pois tais sentenças estão de acordo com as regras do sistema da língua que ele internalizou de modo que não se pode confundir incapacidade linguística, que provém da noção de erro linguístico com a noção de erro defendido pelas gramáticas normativas.

Soares (1994) afirma também que todas as formas de expressão linguística são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem e são igualmente válidas como instrumentos de comunicação. Daí surge a indignação a esse preconceito, pois, se todos, independentemente de sua variante linguística, são igualmente compreendidos, a exigência de que haja uma uniformidade na língua não faz nenhum sentido, servindo apenas para apertar ainda mais o círculo dos “aceitos”, deixando à margem todo aquele que não se encaixa nos padrões estabelecidos.

De acordo com Bortoni-Ricardo,

se valorizarmos menos as regras prescritivas, se dermos asas a nossa criatividade, vamos encontrar muitas formas de refletir sobre o português brasileiro e de usá-lo com satisfação e confiança, porque, afinal, nós que o temos como língua materna somos muito competentes em língua portuguesa.” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 105).

Nesse sentido, o papel do professor é fazer essa reflexão e perceber se o que está sendo oferecido ao seu aluno como material didático está adequado à sua formação como aluno e como indivíduo crítico, para que, como disse Couto, ele esteja preparado e armado para lutar contra as classes que insistem em subalternizá-lo.

2 A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO COMO APOIO PARA A MEDIAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

2.1 Um breve histórico do livro didático de língua portuguesa

Segundo Silva (2010), até os anos 60 eram poucos os livros didáticos em circulação. Até então, era usado nas escolas um livro chamado “Antologia Nacional” de Fausto Barreto e Carlos de Laerte, que consistia em uma coleção de textos literários canônicos, utilizada ao lado de uma gramática normativa sem exercícios nem atividades. Este livro teve sua primeira edição em 1895 e a última em 1969. A partir dessa data, com o aumento do número de escolas, surgem novos autores, novos editores e conseqüentemente novas obras.

O livro didático (doravante LD) como conhecemos hoje passou a ter uma importância maior a partir dos anos de 1960, quando surgem os “estudos dirigidos de português”, que além do livro didático do aluno, contava com o livro do professor, composto por atividades, conteúdos, orientações metodológicas e respostas dos exercícios, algo até então impensável.

Aos poucos o LD foi apresentando inovações, no final dos anos 60 já apresentava vocabulário, interpretação, gramática, redação, ilustrações e textos consagrados dos quais os alunos deveriam “imitar os modelos” para aprender ler e escrever. Nos anos 70 essa nova proposta consolidou-se aumentando consideravelmente o número de edições.

Segundo Geraldi (2003, apud SILVA, 2010), nessa época a linguagem era concebida como instrumento de comunicação e a língua, como código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) com o intuito de transmitir mensagens de acordo com as necessidades. Segundo o mesmo autor, essa era a orientação dada ao professor nos manuais, porém era abandonada nos exercícios gramaticais, sendo, portanto minimizada a gramática, surgindo aí a polêmica sobre ensinar ou não a gramática na escola fundamental.

A concepção de texto como conjunto de signos a serem decodificados predominou até os anos 80. Daí até os dias atuais, o livro didático vem ganhando a cada dia mais espaço nas pesquisas ora recebendo críticas, ora elogios, mas sempre sendo considerado um material digno de muitas discussões em muitos campos de conhecimento, sejam eles linguísticos, pedagógicos, políticos,

econômicos, sociais, culturais, entre outros, tendo sempre um grande papel no processo de aquisição dos saberes.

Como é possível perceber com o que até aqui foi exposto, esse papel não se mantém inerte desde a criação do livro didático até hoje, já que ao longo do tempo o LD vem incorporando novos conceitos, pedagogias e ideologias, mostrando que as avaliações dos LDs que participam do PNLD têm surtido efeitos positivos já que a algumas décadas atrás este material didático ainda priorizava temas tradicionais que não correspondiam à realidade vivida pelos alunos e aos poucos tem mostrado evolução neste ponto.

Segundo Morais (2014, p.16), na década de 1980 o livro didático apresentava textos que representavam a família de forma estereotipada e não contemplava famílias que possuíam configurações diferenciadas, a escola e a família eram perfeitas, sendo o ambiente escolar o “segundo lar” do aluno; o índio era representado como um personagem frágil, selvagem, morador de um ambiente perfeito, ignorando a realidade de lutas e mortes que quase os devastou; ricos e pobres eram tratados como e não houvesse entre os mesmos nenhuma hostilidade. Entretanto, esta roupagem já não mais agradava e o mesmo recebeu duras críticas devido ao ensino baseado em práticas de letramento de grupos sociais dominantes, ignorando os vários gêneros que poderiam representar a diversidade. A partir de tais reflexões e das novas propostas lançadas, foram publicados em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais, dos quais trataremos posteriormente.

É nesse período também que o governo tomou para si a responsabilidade pela avaliação e recomendação de livros didáticos através do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Em apoio, o FNDE (Fundo de Desenvolvimento da Educação), visando a qualidade dos livros a serem distribuídos, passa a lançar, a cada três anos, um edital para que autores possam inscrever suas obras didáticas que serão avaliadas segundo regras e critérios preestabelecidos.

Silva (2010) pondera que atualmente,

o Livro Didático de Português pode ser considerado, se não como único material de ensino/aprendizagem na sala de aula, como o mais importante, em grande parte das escolas do país, ao menos da rede pública de ensino (SILVA, 2010, p. 42).

Essa é uma verdade que não se pode negar; contudo, acaba surgindo uma demasiada dependência ao LD durante as aulas, o que leva Silva (1998, apud Morais 2014) a criticar o livro didático, considerando-o uma muleta, uma lente para

miopia ou uma escora que não deixa a casa cair, já que os professores são “coxos por formação e/ou mutilados pelo ingrato dia-a-dia do magistério” (SILVA 1998, p. 57 apud MORAIS 2014, p. 17). Rojo, entretanto, discorda, afirmando que

O professor não perde, automaticamente, a autonomia pela mera presença do livro didático em sala de aula, mas se a perde, perde porque não se coloca em diálogo com o livro, subordinando-o a seus projetos de ensino. O livro didático, em sala de aula, nada mais é que um dispositivo de ensino, um instrumento através do qual o professor e seus alunos passam a dispor de um conjunto de texto e exercícios com base nos quais a aula, o ensino e o aprendizado podem prosseguir, sem que haja perda importante de tempo. (ROJO 2005, p. 49 *apud* MORAIS, 2014, p.18).

Com as afirmações de ambos, é possível ponderarmos que o LD é um forte instrumento de apoio à aprendizagem, porém é necessário que o professor não o use como único recurso em uma sala de aula, mas como um subsídio para que o professor possa selecionar entre os mais diversos materiais didáticos que tem a seu dispor, aquele que melhor completa sua metodologia, assim o livro didático será útil para ilustrar e discutir o tema proposto com os alunos, fazer exercícios de leitura, reforçar a habilidade que se pretende desenvolver, ao contrario do que acontece já que os alunos apenas os carregam de um lado para o outro, sem que raramente o usem de forma reflexiva.

Além disso, o LD não deve ser o único recurso do professor porque, apesar das modificações e adaptações que já sofreu, ainda apresenta contradições, erros e preconceitos que a educação brasileira recebeu de herança da política elitista e centralizadora na qual foi firmada. De acordo com Morais,

[...] imprimiu-se em todas as áreas de conhecimento, desde suas origens, e em língua portuguesa, em especial, modos de conceber e de “transmitir” determinados conteúdos referenciais em “língua oficial”, ou seja, na forma de uma norma padrão escrita, que se fixou em detrimento do reconhecimento e da aceitação de outras variedades, dentre elas, as que são passíveis de ocorrer, quando se pensa o ensino na perspectiva do contínuo oral-escrito (MORAIS, 2014, p. 46).

Assim, pode-se dizer que o livro didático, apesar de ser constituído em meio a lutas e compromissos histórico sociais segue ainda um contexto de dominação. Já que, não consegue ainda tratar as variedades linguísticas tão presentes na vida daqueles que serão seu público alvo de forma suficientemente reflexiva.

Como foi dito, o livro didático vem passando ao longo do tempo por muitas alterações, e estas ocorrem em momentos também evolutivos no que se refere à

área do conhecimento linguístico, bem como em momentos de preocupação com o ensino da língua. Daí vem a busca, no Brasil, por um livro didático que alcance as atuais demandas sociais e linguísticas, sendo que por muito tempo estas foram ignoradas, ocasionando num ensino de língua portuguesa recheado de preconceito.

2.2 O ensino de língua portuguesa proposto pelos PCN's

A educação é um grande desafio, principalmente, quando se trata do âmbito de uma sala de aula, diante disso, os órgãos governamentais vêm buscando estratégias que possam melhorar o ensino, em função das necessidades da sociedade bem como objetivos do governo. Para tanto, toma-se como referência de qualidade do ensino os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que são instruções elaboradas para orientar o meio educacional em geral, visando uma melhoria da qualidade da educação brasileira.

Os PCN's trazem orientações, conteúdos e objetivos relacionados a cada campo de conhecimento. No que se refere à língua portuguesa, abordam, a necessidade de um vislumbre à diversidade linguística do Brasil, posto que neles são encontradas em vários pontos considerações sobre este tema, bem como sobre a necessidade de a escola ser uma mediadora de um conhecimento livre de preconceitos e formador de cidadãos conscientes e conhecedores da multiplicidade da sociedade brasileira.

No subtítulo, "Que fala cabe à escola ensinar", os PCN's afirmam que,

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas (BRASIL, 1997, P. 26).

Sabe-se que a língua portuguesa falada no Brasil atualmente já passou por tantas transformações quando a sociedade que a reproduz, não sendo possível uma homogeneização da língua, pois ela representa uma heterogeneidade social, de modo que tentar impor uma igualdade linguística é tentar impor uma igualdade social num país altamente multifacetado e multicultural gerando preconceito sobre aquilo que não está nos padrões desejados.

Há nos PCN's há a orientação de que sejam trabalhadas em sala de aula questões que têm como foco a variação linguística, afim de que os alunos tornem-se capazes de adequar a variação às circunstâncias comunicativas a que participa, bem como reconhecer os valores sociais nela implicados, assim poderão não só conhecer as variantes de sua língua materna, mas combater o preconceito existente contra as formas linguísticas utilizadas pelas camadas mais populares em oposição às formas utilizadas pelos grupos socialmente prestigiados. Mostrando que não há lugar para atitudes preconceituosas.

De acordo com os PCN's,

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (BRASIL, 1997, P. 26).

Com a citação acima, é possível perceber que a proposta pedagógica abarcada pelos PCN's apresenta uma postura de legitimação das manifestações linguísticas em uso no Brasil, contudo, não se deve desconsiderar o ensino da variante padrão, principalmente na modalidade escrita, dando, assim, ao aluno, acesso às mais diversificadas situações de comunicação.

Um ensino de língua portuguesa que não dissemine preconceito linguístico é possível; para tanto, práticas pedagógicas devem ser adequadas às necessidades práticas do indivíduo, levando em conta o conhecimento prévio que este tem de sua língua materna, reconhecendo também sua variante linguística. O professor deve estar preparado para analisar se o livro didático que está sendo apresentado ao aluno como material de apoio ao ensino da norma culta não está trazendo vestígios do preconceito camuflado, se valores sociais, de respeito mútuo às variantes, estão tendo foco se há o esclarecimento de que linguagem está intrinsecamente ligada ao comportamento social e que um reflete no outro deixando consequências.

Em paralelo às novas iniciativas tomadas em relação ao ensino de língua portuguesa, ocorreu o crescimento do mercado editorial do Livro Didático que passou a assumir grande importância na organização e administração de conteúdos. Contudo, ele não deve ser considerado apenas um material pedagógico inserido no processo ensino aprendizagem. Vai muito além disso, inclusive pelo fato de passar por inúmeros indivíduos, uma coletividade de vozes modeladas por ideologias e visões de mundo desde a fabricação até a recepção pela comunidade escolar,

Estudar o LDP implica justamente procurar entendê-lo como um produto sócio-histórico e cultural em que atuam vários agentes (autores, editores, revisores, leitores críticos, professores, etc.), com certas relações sociais entre si, na produção e seleção de enunciados concretos com determinadas finalidades. (BUNZEN 2005, p. 37 *apud* BRASILEIRO 2014, p. 35).

O LDP Levará de cada um desses agentes uma perspectiva que ao final terá como resultado o conhecimento que será transmitido aos alunos. As atividades e propostas trazidas nesse aglomerado de informações passam a ter um lugar de sujeito de ações, tendo autonomia para suprir ou não às reais necessidades daquele a quem irá atender.

Nesse grande aglomerado de conhecimentos trazido pelo livro didático surge uma importante relação entre o pensar do “eu” e o pensar do “outro” que, ao ser trazido para as relações humanas surge o pensar coletivo, que em sua heterogeneidade é divergente em muitos aspectos, é nessa relação existente entre falantes, que, por meio dos usos da linguagem, emana-se produções sociais que acontecem de acordo com a necessidade discursiva, compondo construções linguísticas que ora são simples, ora são complexas, mas sempre alcançam o seu objetivo, que é promover diálogos.

De acordo com Bakhtin, a prática de falar uma língua não consiste num sistema de formas normativas, o falante nativo não reconhece as palavras como um item de dicionário, mas como os falares de sua comunidade e os múltiplos enunciados produzidos pelas diversas práticas linguísticas. A sociedade em geral não polícia cada palavra que fala, para que estas estejam em total acordo com as formas normativas. Cada espaço de comunicação encontra as particularidades e finalidades de cada falante. Nestes mesmos espaços misturam-se identidades linguísticas e estas se completam, contribuindo para aquele aglomerado de saberes citado anteriormente.

O sujeito falante se comunica, interage e se faz entender independente se o espaço é formal ou informal e essa interação consta de uma relação entre a língua, a ideologia e as visões de mundo de seus enunciadores. Pensando nisso, é importante que durante os ensinamentos de língua portuguesa a relação entre língua e vida não seja esquecida, sabendo-se o portador dessa vida é um ser humano, que pensa, sente, fala, tem necessidades, e não é inferior a nenhum outro que verse um falar mais rebuscado com composições linguísticas mais complexas.

O enunciado, seja ele de qual natureza for, se dá apenas pelo contato entre a língua e a realidade, a expressividade do falante não se encontra no sistema da língua, ou seja, nas formas gramaticais, tal expressividade encontra-se no fato vivido, na realidade que o falante dispõe para si. Portanto, por que exigir do aluno que ele saia do seu “eu”, da sua realidade, para se manter em padrões que não são seus, fazendo-o negar sua cultura, sua expressividade, sua identidade? Tornando-o mais uma vez, fantoche das vontades e imposições das classes dominantes?

O papel do professor entra aí, para que, como diz Bagno (1999), o senso crítico seja acionado e as informações trazidas pelos livros didáticos sejam filtradas, para que o preconceito não continue tomando o lugar da igualdade de classes. Como foi dito anteriormente, o livro didático é composto de inúmeras ideologias e visões de mundo, o que não pode acontecer é que todas essas visões deixem de enxergar aqueles alunos das classes sociais mais desprivilegiadas e os joguem, mais uma vez, nos braços do preconceito e da marginalidade.

Pode-se relacionar a esse acionamento do senso crítico o questionamento trazido por Brasileiro:

Que grupos sociais têm acesso à escola? A quem se ensina a língua? Que expectativas, interesses, objetivos têm esses grupos e a sociedade como um todo em relação à escola e ao que se deve ensinar e aprender nela, a respeito da língua materna? Em que regime político se insere a escola e o ensino de língua? Em que estrutura de sistema educacional? (SOARES 2002, p.175 apud BRASILEIRO, 2014, p. 43).

São questionamentos muito pertinentes que todo o corpo educacional deveria fazer, não apenas o professor, pois este, não conseguiria, mesmo se quisesse, atender às necessidades de todos os seus alunos com suas realidades e problemas, mas todos aqueles que se consideram educadores e realmente se preocupam com o futuro de seus educandos, afinal, não é aceitável que o ensino de

língua portuguesa reproduza uma doutrina linguística indicativa de uma estrutura social de poder digna dos tempos da colonização.

O mundo encontra-se em outros tempos, e é nesse tempo que as vozes devem ser ouvidas, independente se essa voz se manifesta em uma norma culta ou uma variante linguística característica de uma zona rural ou periferia. De acordo com Brasileiro,

Na disposição escolar, nas corporificações dos currículos, programas disciplinares e nas organizações institucionais, nas categorizações estabelecidas (idade, série) na forma como foi pensada a escola, percebe-se uma burocratização eminente objetivando os saberes escolares. Nessa definição de que saberes serão selecionados e quais deles não farão parte dos programas disciplinares recai primeiramente uma perspectiva histórica, cultural. (BRASILEIRO, 2014, p. 42)

É, portanto, quase eliminado esse fato de estarmos em outros tempos, e o ensino de Língua Portuguesa mantém o seu longo distanciamento dos interesses populares, para manter-se firme nessas perspectivas históricas e culturais que ignoram o fato de que as classes não elitizadas também fazem parte da história e da cultura da língua portuguesa. O que é controverso, já que os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa dizem, entre muitas outras coisas, que, já no ensino fundamental, os alunos devem tornar-se capazes de:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (BRASIL, 1997, p. 7).

Este último mostra-se ainda mais sugestivo que os dois primeiros ao tema que aqui está sendo trabalhado. De fato, existem parâmetros que dizem que o aluno deve ser orientado a ter repúdio às injustiças, respeitar o outro, posicionar-se de maneira crítica, valorizar o patrimônio cultural, posicionar-se contra qualquer tipo de discriminação, mas num país como o Brasil, em que as leis, em sua maioria são banalizadas, nada há de estranho que as leis para o ensino da língua também

sejam, ficando indivíduos à mercê do livre julgamento que cada um à sua maneira e vontade achar proveitoso.

Um pouco mais adiante, a partir do subtítulo: Língua “Oral: Usos e Formas” os PCN’s dizem:

Não é papel da escola ensinar o aluno a falar: isso é algo que a criança aprende muito antes da idade escolar. Talvez por isso, a escola não tenha tomado para si a tarefa de ensinar quaisquer usos e formas da língua oral. Quando o fez, foi de maneira inadequada: tentou corrigir a fala “errada” dos alunos — por não ser coincidente com a variedade linguística de prestígio social —, com a esperança de evitar que escrevessem errado. Reforçou assim o preconceito contra aqueles que falam diferente da variedade prestigiada. Expressar-se oralmente é algo que requer confiança em si mesmo. Isso se conquista em ambientes favoráveis à manifestação do que se pensa, do que se sente, do que se é. Assim, o desenvolvimento da capacidade de expressão oral do aluno depende consideravelmente de a escola constituir-se num ambiente que respeite e acolha a vez e a voz, a diferença e a diversidade. (BRASIL, 1998, p.37)

Mais uma vez, é revelada a necessidade de um ensino de língua mais focado nas necessidades do aluno e não na imposição de regras e mais regras. Os PCN’s deixam claro que quando a escola tentou ensinar usos e formas da linguagem oral o fizeram de forma inadequada, porém esse verbo “tentou”, não deveria estar no passado, pois ainda hoje a escola vem tentando exigir do aluno a norma culta da língua portuguesa.

Concordando com Bagno (1999) e Couto (1986), os PCN’s dizem ainda que,

depende de a escola ensinar os usos da língua adequados a diferentes situações comunicativas. De nada adianta aceitar o aluno como ele é mas não lhe oferecer instrumentos para enfrentar situações em que não será aceito se reproduzir as formas de expressão próprias de sua comunidade. É preciso, portanto, ensinar-lhe a utilizar adequadamente a linguagem em instâncias públicas, a fazer uso da língua oral de forma cada vez mais competente (BRASIL, 1998, p. 37).

Assim, é possível perceber que o ensino de língua portuguesa de fato não está jogado ao léu, há a conscientização de como o mesmo deve ser desenvolvido, mas há um imenso pecar na negação, por parte dos profissionais da educação (não apenas os professores) a respeito dessas informações, sendo ora negação, ora acomodação, ora desinteresse em buscar melhorias, sendo que muitos professores sequer leram esses parâmetros, outros estão a muitos anos desenvolvendo a mesma prática e não aceitam que a mesma possa estar ultrapassada, enfim, há

uma grande quantidade de motivos, ou melhor, de desculpas para que o ensino continue ancorado num marasmo de incoerências, injustiças e preconceitos contra os menos favorecidos economicamente.

De acordo com os PCNs,

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido “treinar” o uso mais formal da fala. A aprendizagem de procedimentos eficazes tanto de fala como de escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la (BRASIL, 1997, P.27).

Diante disso, percebe-se a importância da aproximação da prática à teoria, ou seja, a escola em geral deve adotar as medidas apresentadas pelos PCNs, contudo, isso reque muito esforço em diversas frentes, tais como a formação dos professores, as condições sociais do aluno e o corpo governamental ao oferecer material didático de qualidade.

Enfim, para que não haja um ensino disseminador de preconceito, é imprescindível que a escola, o professor e o livro didático conheçam, respeitem e trabalhem os usos de prestígio e também as variedades usadas pelos alunos no seu dia-a-dia como forma de desfazer o estigma do preconceito em relação às suas variedades dialetais.

Se distribuído e utilizado de forma adequada, o LD pode contribuir para um novo olhar sobre as práticas linguísticas da sociedade, sendo ele uma “autoridade a ser respeitada”, não só pela escola, mas por toda a população que, provavelmente, assumirá uma postura mais tolerante em relação às variedades linguísticas do português brasileiro.

3 O PRECONCEITO NAS ENTRELINHAS: ANÁLISE DA ABORDAGEM DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA FEITA PELO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: “PORTUGUÊS LINGUAGENS”

Esta seção traz as considerações acerca do LDP: “Português Linguagens” tendo como fonte o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa. Além disso, traz o perfil do aluno público alvo da obra em questão e em seguida será desenvolvida uma análise do livro, tendo como foco o recorte de uma tira de Fernando Gonsales localizada no capítulo: “as variedades linguísticas”.

O livro em questão é utilizado no 6º ano do Ensino Fundamental II, na Instituição de Ensino Anísio Teixeira localizada na cidade de Caetité, no interior da Bahia. Esta é uma instituição fundada sob os princípios de Anísio Teixeira, pedagogo natural desta Cidade e oferece do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

Escolhi este livro para análise porque trabalho há três anos com turmas de sexto ano através do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que é um programa que visa uma melhoria da formação de professores e durante esse tempo percebi a insuficiência do ensino voltado à variação linguística, tanto em sala de aula quando no livro didático, bem como constantes atitudes preconceituosas durante o ensino de língua portuguesa.

Assim, decidi fazer um estudo desse fato e ao buscar o tratamento dado à variação linguística no livro em questão, encontrei uma tira em que há analogia ao preconceito linguístico. Contudo, o livro não a apresenta sobre essa perspectiva, usando-a apenas como texto inicial ao conteúdo. Considerando isso uma falha, busquei nesta pesquisa apontá-la e fazer uma análise crítica da mesma, bem como do livro em geral, tudo isso em páreo às considerações explanadas pelos PCN's.

3.1 Conhecendo o livro didático através do PNLD

Como já foi dito anteriormente, o livro didático passou por inúmeras transformações a fim de adequar seu conteúdo às necessidades do mundo moderno. Para tanto, o Programa Nacional do Livro Didático vem a cada dia

promovendo importantes reflexões para que o LD esteja a cada dia sendo um melhor apoio pedagógico ao ensino de língua portuguesa.

Segundo o PNLD 2017: língua portuguesa – Ensino fundamental anos finais (2016), a partir dos anos 70 observa-se uma reflexão de caráter político e ético acerca das variantes e normas do português brasileiro falado pelos alunos que frequentam a escola. O PNLD 2017 aborda que “várias pesquisas promovidas pelas universidades apontaram uma diferença entre a língua da escola e a língua falada pelos aprendizes” (BRASIL, 2016, p. 9). A partir disso, o programa percebeu a necessidade de uma pedagogia capaz de impedir que a diferença acima citada não configure desigualdade ao passo que se transmita aos alunos as normas de prestígio bem como a produção oral e escrita a elas associadas.

Assim, ao longo do tempo o ensino de língua portuguesa passou a ser mais reflexivo e prático e menos conceitual, dando mais lugar à prática linguística com produções de textos escritos, como narrativas, textos descritivos e dissertativos, e de textos orais como debates e conversas, tirando o foco do “ ‘descrever a aplicar’ conceitos sobre a língua a partir de conhecimentos já sistematizados pelas gramáticas pedagógicas para um trabalho de ensino-aprendizagem de usos das linguagem nas mais diferentes situações” (BRASIL, 2016, p. 10).

Considerando que o aluno aprendente de língua portuguesa deve tornar-se competente na leitura e na escrita, é imprescindível que as aulas priorizem o trabalho com textos, sendo que o trabalho com palavras, frases, períodos, orações só faz sentido quando contextualizado de forma crítica, ampliando, assim, as capacidades do aluno para um uso real da língua, não diminuindo a dinamicidade das atividades da linguagem, tornando-a fixa e imutável, para tanto, é necessário um grande esforço de todo corpo educacional, inclusive do livro didático, que, pelo que diz o PNLD, já aderiu a essa causa:

As coleções de livros didáticos de português devem colaborar com esse esforço, integrando as práticas de linguagem e realizando um trabalho reflexivo sobre os usos e normas do português brasileiro em diferentes situações de interação, especialmente das normas urbanas de prestígio. (BRASIL, 2016, p. 11).

Assim, é possível perceber que o PNLD busca responder satisfatoriamente às necessidades da modernidade, promovendo um trabalho reflexivo a respeito das práticas da linguagem, o que, provavelmente levaria o aluno a apropriar-se de maneira crítica das produções humanas e culturais que envolvem a linguagem, seja ela escrita ou oral.

O PNLD (2016) diz ainda que o ensino fundamental deve organizar-se de modo a garantir ao aluno:

- o desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação e o desenvolvimento da linguagem escrita, especialmente no que diz respeito a demandas oriundas seja de situações e instâncias públicas e formais de uso da língua, seja do próprio processo de ensino-aprendizagem escolar;
- o pleno acesso ao mundo da escrita e, portanto:
- a proficiência em leitura e escrita no que diz respeito a gêneros discursivos e tipos de texto representativos das principais funções da escrita em diferentes esferas de atividade social;
- a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária associada à língua portuguesa, em especial a da literatura brasileira;
- **o desenvolvimento da compreensão da variação linguística e no convívio democrático com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e valorizar as diferentes possibilidades de expressão linguística** (grifos meus);
- o domínio das normas urbanas de prestígio, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido;
- as práticas de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se revelarem pertinentes, seja para a (re)construção dos sentidos de textos, seja para a compreensão do funcionamento da língua e da linguagem. (BRASIL, 2016, p. 18).

A partir da colocação desses princípios, é possível perceber que existe a consciência da necessidade de um ensino de língua portuguesa voltado para a prática e principalmente para a realidade do aluno, em oposição a situações didáticas criadas artificialmente que não provocam uma real reflexão por parte do mesmo.

Será através de suas experiências linguísticas no contexto escolar que o aluno desvendará o funcionamento da língua e poderá levar o domínio da fala para as mais diversas situações de comunicação, sendo capaz de recorrer à oralidade sempre que necessário, valorizando a variação e a heterogeneidade linguísticas, mesmo sendo competente também nas normas de prestígio. Dessa forma, o aluno conseguirá adequar sua fala de acordo com o grau de monitoramento exigido, seja em situações formais ou informais.

Ao apontar critérios relativos ao trabalho com os conhecimentos linguísticos, o PNLD diz que os conteúdos e atividades do LDP devem:

- abordar os diferentes tipos de conhecimentos linguísticos em situações de uso, articulando-os com a leitura, a produção de textos e o exercício da linguagem oral;
- considerar e respeitar as variedades regionais e sociais da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio nesse contexto sociolinguístico;
- estimular a reflexão e propiciar a construção dos conceitos abordados. (BRASIL, 2016, P. 20)

Desse modo, pode-se perceber que além de competente quando aos usos da língua, o PNLD aponta critérios que indicam um ensino formador de cidadãos críticos, que além de conhecedores da língua sejam respeitadores de suas variantes, podendo refletir sobre aspectos da língua e da linguagem bem como analisar os fatos recorrentes das mesmas.

3.2 Quem é o aluno que iremos formar?

Por várias vezes nos referimos ao aluno e este, de fato, é o personagem mais importante desse contexto, já que é à sua formação que o livro didático é destinado. Contudo, assim como em relação à língua, não devemos achar que existe homogeneidade em relação ao corpo discente numa escola, já que cada aluno trás consigo suas características, sua etnia, sua cultura enfim, seu modo de ver o mundo.

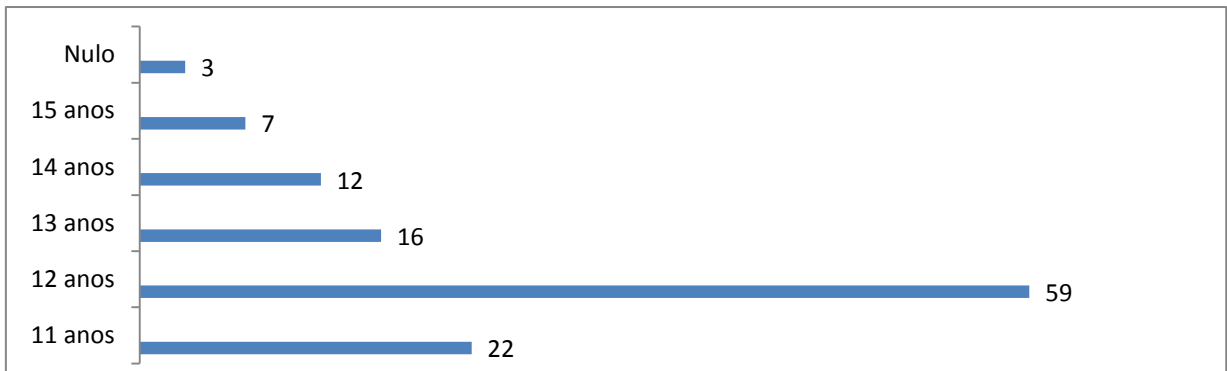
Em relação a isso, trouxemos anteriormente um importante questionamento de Brasileiro (2014), no qual ela provoca uma reflexão: A quem se ensina a língua? Para responder a esse questionamento, foram dispostos questionários aos alunos do sexto ano do ensino fundamental da Instituição de Ensino Anísio Teixeira, a fim de, a partir dele, traçar um perfil desse aluno receptor do livro didático.

A instituição em questão conta com seis turmas de sexto ano com cerca de 30 alunos cada, totalizando em média 180 alunos. Deste total, apenas 119 questionários foram respondidos. O questionário continha questões a partir das quais fora possível perceber a heterogeneidade das salas de aula da escola.

Em um primeiro momento, foi traçado um perfil do aluno em relação à variação linguística de acordo com conceitos trazidos por Silva (2010). Posteriormente, o questionário nos foi útil à busca por perceber se esse aluno faz uso de outras linguagens, como a da internet, por exemplo, e a relação do mesmo com a escola.

Na segunda questão do questionário, buscamos descobrir através da análise da idade dos alunos, se há a possibilidade de existir, nessas turmas, a variação diacrônica, que segundo Silva (2010), é aquela que ocorre com o decorrer do tempo, de pessoas mais jovens para pessoas mais velhas. Com a tabulação das respostas foi possível perceber que esta variação não está presente já que não há uma disparidade muito grande entre a idade dos alunos que vai de 11 a 15 anos, como é possível perceber no gráfico abaixo:

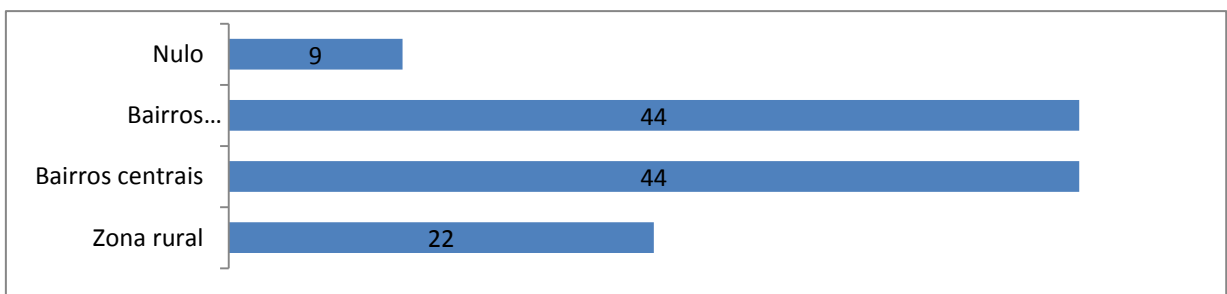
Gráfico 1 - Questão 2: Idade



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações dos questionários.

Com relação à variação diatópica, também conhecida como variação geográfica, que, segundo Silva (2010), os modos de falar diferem de lugar para lugar, como zona rural e zona urbana e dentro desta em relação aos bairros centrais e periféricos, o gráfico abaixo mostra que, aproximadamente 18% dos alunos moram em zonas rurais e aproximadamente 74 % em zona urbana, estando 50% em bairros centrais e 50% em periferias.

Gráfico 2 - Questões 3 e 4: local de moradia

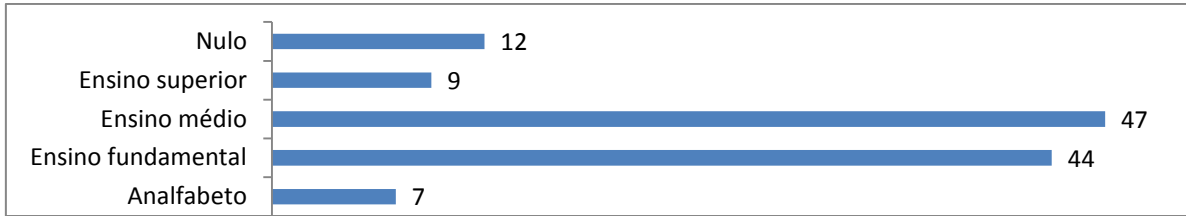


Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações dos questionários.

Quanto à variação diastrática que, para Silva (2010), os modos de falar têm distinções relacionadas a classes sociais, cultura e nível de escolaridade, o gráfico a seguir mostra que há também a possibilidade de existência, já que há uma imensa

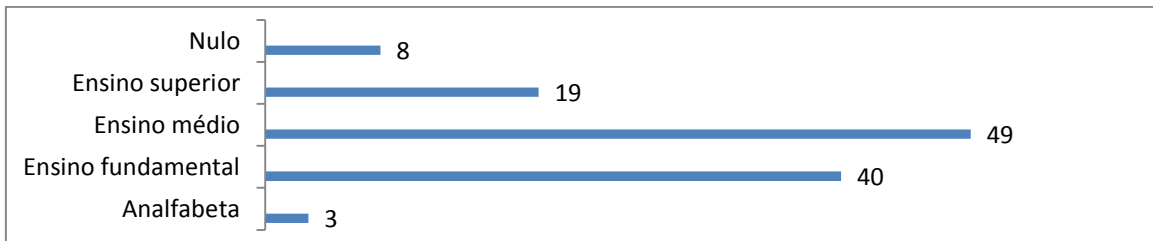
disparidade entre os níveis de escolaridade a que os aluno têm contato em casa através de seus pais.

Gráfico 3 - Questão 5: nível de instrução do pai



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações dos questionários.

Gráfico 4 - Questão 6: nível de instrução da mãe



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações dos questionários.

A variação diafásica que é aquela em que há o uso diferenciado e individual da língua pelo indivíduo de acordo com o grau de monitoramento com relação à formalidade ou informalidade. Foi possível perceber que também existe nesse contexto, já que uma grande maioria de alunos faz uso de gírias ao se comunicar com amigos:

Gráfico 5 - Questão 11: costuma usar gírias?



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações dos questionários.

Por fim, em relação à variação diafásica, que ocorre entre as modalidades oral e escrita, o questionário aplicado não permitiu fazer essa análise.

A análise dos gráficos nos permite dizer que existe um campo muito heterogêneo em relação ao alunado da Instituição em questão, já que há uma grande disparidade entre os níveis de escolaridade com que os alunos têm contato

por meio de seus pais, sendo que vai desde o analfabetismo ao nível superior. Há disparidade, também, em relação à moradia, sendo que alguns moram em zona rural e outros em zona urbana, e o grau de formalidade com que costumam comunicar-se, havendo, conseqüentemente, heterogeneidade linguística. De acordo com Labov (1983 *apud* SILVA 2010), a heterogeneidade da língua está relacionada à heterogeneidade social.

Assim, é possível constatar que há uma dificuldade em promover um ensino de língua portuguesa que abarque as dissonâncias sociais, sendo que são muitas. Porém, há a necessidade de que abarque o máximo possível, para que o aluno possa se encontrar e se sentir valorizado, quebrando ideias preconceituosas, como aquelas que insinuam que algumas pessoas não sabem falar direito o “português correto”.

O questionário possibilitou a percepção também de que a linguagem da internet está muito presente na vida dos alunos, sendo que a maioria possui celular e o utiliza na maioria das vezes para a comunicação em redes sociais, locais onde é mais comum o uso de variações linguísticas, principalmente, na modalidade escrita, como as abreviações, por exemplo, que reduzem palavras em poucas letras: você – vc; também – tbm; fim de semana – fds; entre muitas outras.

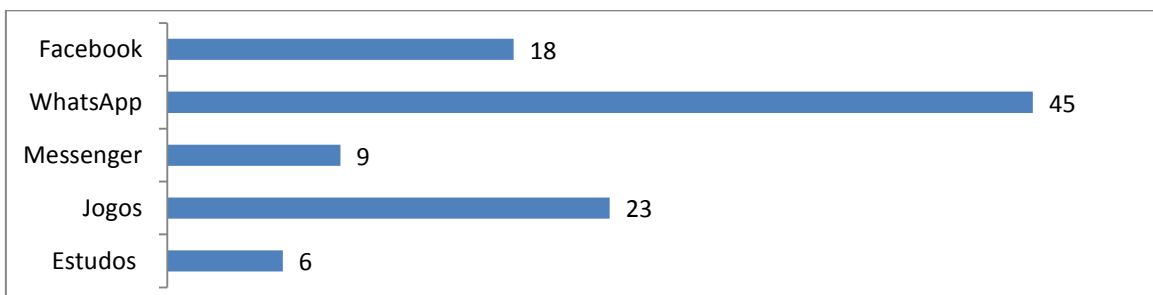
Vamos aos gráficos:

Gráfico 6 - Questão 10: Possui celular?



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações dos questionários.

Gráfico 7 - Em que mais usa o celular?



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações dos questionários.

Agora que já conhecemos o aluno receptor, vejamos se o livro didático que é oferecido a ele é capaz de instruí-lo segundo as recomendações dos PCN'S, ou seja, promovendo o ensino da norma padrão, mas reconhecendo a existência das variantes linguísticas para um ensino prático e o mais importante, desconstrutor de preconceitos.

3.2 Argum Pobrema?

Este subtópico traz uma análise mais aprofundada do livro: “Português linguagens”, disponível para os anos 2017, 2018 e 2019 e utilizado nas turmas de sexto ano do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), situado na Cidade de Caetité localizada no interior da Bahia., Além disso, será feita uma análise de um trecho do livro, verificando se o mesmo está de acordo com as ponderações dos teóricos estudados, dos PCN's e do PNLD.



O livro “Português Linguagens” de autoria de William Cereja e Thereza Cochar. De acordo com descrições feitas no próprio livro, ambos possuem um vasto currículo em relação ao estudo da língua portuguesa, sendo que Willian Cereja é graduado em Português e Linguística e licenciado em Português pela Universidade de São Paulo, Além disso, é mestre em Teoria Literária pela Universidade de São Paulo, Doutor em Linguística Aplicada e Análise do Discurso e é professor da rede particular de ensino em São Paulo, capital. Já Thereza Cochar é professora graduada em Português e Francês, além de ser Mestra em Estudos Literários e professora da rede pública de ensino.

Os autores dividiram o livro em quatro unidades, havendo em cada uma delas três capítulos, totalizando doze capítulos. Sendo elas:

- 1ª UNIDADE: “No mundo da fantasia”, seguida dos capítulos “Era uma vez”; “Pato aqui, pato acolá” e “Ó princesa, jogue-me suas...”
- 2ª UNIDADE: “Crianças”, seguida dos capítulos “O fazendeiro da cidade”; “Entre irmãos” e “Ensaio de vida”.
- 3ª UNIDADE: “Descobrir quem sou eu”, seguida dos capítulos “No frescor da inocência”; “O preço de pensar diferente” e “O eu que existe em mim”.

- 4ª UNIDADE: “Verde, adoro ver-te!”, seguida dos capítulos “Asas da liberdade?”; “A natureza pede socorro” e “Natureza no museu”.

Cada um desses capítulos subdivide-se em seções, sendo elas: “Estudo do texto”, que por vezes divide-se em subseções como “Compreensão e interpretação”, “A linguagem do (s) texto (s)” e “Trocando ideias” esta seção está voltada para a leitura e produção de texto. E as seções “língua em foco” e “De olho na escrita” que estão voltadas para os conhecimentos linguísticos. Além de seções que ficam ao final de cada unidade como “Passando a limpo” onde são dispostas questões de múltipla escolha e “Intervalo” que propõe projetos didáticos.

A parte que aqui nos cabe analisar mais profundamente encontra-se nas seções voltadas aos conhecimentos linguísticos, sendo que nelas há o estudo direcionado ao funcionamento da língua portuguesa, bem como a reflexão sobre o léxico e seu papel no texto e no discurso.

Nestas seções são trabalhados, mais especificamente, conteúdos típicos da tradição escolar como funções sintáticas, linguagem verbal e não verbal, substantivo, encontros vocálicos, enfim, há supremacia do ensino voltando às convenções da escrita e, conseqüentemente, à norma padrão da língua portuguesa ao passo que a variação linguística vem apresentada apenas em uma seção que é a seção “Língua em foco” presente no segundo capítulo da primeira unidade.

A seção em questão tem por título: “variedade linguísticas” e consta de onze páginas, divididas em alguns subtítulos, sendo eles: “conceituando”, “norma-padrão e variedades de prestígio”, “variação linguística e preconceito social”, “falar bem é falar adequadamente” e “tipos de variação linguística”, este último divide-se em: “diferenças de lugar ou região”, “escolaridade e classe social”, “diferenças históricas”, “oralidade e escrita”, “formalidade e informalidade: graus de monitoramento” e “as gírias”. A seguir, são dispostos alguns exercícios relacionados a tais conteúdos.

No subtítulo “conceituando” os autores explicam que o cartunista Fernando Gonsales fez uso da diversidade linguística existente no Brasil para fazer humor em uma de suas tiras que vamos conhecer em breve, além disso, apontam de forma breve que as causas dessa diversidade são a grande desigualdade existente no país, bem como a localização geográfica onde as pessoas vivem, sendo umas em cidades grandes, outros em cidades pequenas, outros em zonas rurais, etc., além de

outros fatores, como idade, sexo, profissão, enfim, características que interferem na forma como a língua é utilizada.

Por fim, conceitua variedades linguísticas como: “as variações que uma língua apresenta em razão das condições sociais, culturais e regionais nas quais é utilizada” (CEREJA, 2015, p. 40).

Mais adiante, no subtítulo: “Norma Padrão e variedades de prestígio”, os autores esclarecem que a norma padrão consiste em uma espécie de “lei” que orienta o uso da língua portuguesa, visando evitar que cada um use a língua à sua maneira. Esse subtítulo concorda com Bagno ao dizer que: “é claro que a norma padrão não existe como uma língua de fato, pois ninguém fala português-padrão em todos os momentos de sua vida” (CEREJA, 2015, p. 40), de fato, há momentos formais em que devemos ter um maior grau de monitoramento da fala, como em entrevistas de emprego, palestras, ao redigir documentos, enfim.

Porém é dada à norma padrão uma dimensão de importância que não existe, sendo que mais adiante o livro traz que: “dada a importância da norma-padrão, a escola se propõe ensiná-la a todas as crianças e jovens do país, preparando-os para ingressar na vida social” (CEREJA, 2015, p. 40). Essa citação permite um questionamento: as pessoas que não têm ou não tiveram acesso à escola não estão aptos para a vida social?

Sabe-se que o aluno já chega à escola sendo falante da língua portuguesa, e sendo a língua, segundo Bunzen (2005 apud BRASILEIRO 2014) um produto das relações sociais, dizer que o ensino da norma-padrão preparará o aluno para ingressar na vida social não pode ser aceito, pois, o sujeito falante se comunica, interage e se faz entender independente se a variante utilizada é de prestígio ou não.

Em seguida, esse subtítulo explica que as variantes de prestígio são aquelas que mais se aproximam das normas padrão, sendo comumente encontradas nas grandes cidades, por pessoas escolarizadas e com renda mais alta em oposição às variantes desprestigiadas, que são encontradas nos lugares mais distantes dos grandes centros urbanos, usada por pessoas analfabetas ou com baixo grau de escolaridade ou por pessoas mais pobres.

Para finalizar, os autores trazem o conceito de norma padrão e de variedades urbanas de prestígio, vejamos:

Norma padrão: é uma referência, uma espécie de modelo ou de “lei” que normatiza o uso da língua, falada ou escrita.

Variedades urbanas de prestígio: também conhecidas como norma culta, são as variedades empregadas pelos falantes urbanos mais escolarizados e de renda mais alta. (CEREJA, 2015, p. 41)

Pode-se perceber que mais uma vez há a relação entre poder linguístico e poder monetário quando, no conceito, as variantes de prestígio são caracterizadas como aquelas empregadas por falantes de renda mais alta. Contudo, ignora-se o fato de que a variante é considerada de prestígio justamente pelo fato de ser empregada por essas classes, sendo que, segundo Gnerre (1985 *apud* 2000, p. 63), a variante linguística possui prestígio relativo ao prestígio de seus falantes.

Na sequência,, o livro traz o subtítulo: “variação linguística e preconceito social”, no qual é explanado de forma extremamente breve, mais especificamente em 10 linhas, o fato de que do ponto de vista linguístico não há variedade linguística melhor ou mais correta que outra, bem como o fato de que, apesar disso, as pessoas que fazem uso de variantes desprestigiadas são ridicularizadas e comumente, sofrem preconceito.

Mais adiante, sob o subtítulo: “falar bem e falar adequadamente”, é trazida uma tira de Adão Iturrusgari, retirada do jornal Folha de São Paulo em 13/8/20015:



A partir dela, faz-se uma reflexão a respeito da necessidade da adequação da fala às situações de comunicação, assim como adequamos a roupa ao lugar aonde vamos e finaliza dizendo que todas as variantes são importantes, mas saber usar bem a língua significa saber adequá-la a cada situação.

Mais uma vez o enunciado permite um questionamento: as pessoas que não tiveram acesso à escola e não são capazes de fazer a adequação da fala a situações diferentes de comunicação não sabem usar bem a língua? Segundo Bagno (1999), não é bem assim. De acordo com o autor, desde antes de ingressar na escola o falante nativo já é perfeitamente capaz de fazer bom uso de sua língua materna, ou seja, a língua portuguesa.

Por último, está disposto o subtítulo: “tipos de variação linguística”, no qual os autores explicam que as variações podem se dá devido às diferenças de lugar ou região, ou seja, em cada lugar a língua é utilizada de uma forma diferente, como o Rio Grande do Sul e o Pernambuco, por exemplo, que possuem sotaques muito distintos; Às diferenças de escolaridade e classe social, em que as pessoas com baixa escolaridade ou baixa classe social estão mais propensas a utilizar variantes desprestigiadas; Às diferenças históricas, em que a língua sofre variações com o passar do tempo; Às modalidades oral e escrita, sendo que a modalidade oral é mais espontânea em relação à escrita, sendo que esta permite um maior grau de monitoramento, bem como a melhor organização das palavras afim de melhor transmitir o enunciado; Aos graus de formalidade e informalidade, que consiste na adequação da fala à situação de comunicação, ou seja, se for uma situação informal, a linguagem também será informal, porém, se a situação for formal a fala também será.

Por fim, o livro trás as gírias, que normalmente são utilizadas em situações informais de comunicação, e consistem em expressões próprias de certos grupos, como estudantes, jogadores de futebol, funkeiros, surfistas, etc. Esse tipo de variação linguística é muito comum entre jovens, sendo que num público de 119 alunos, 99, ou seja, aproximadamente 83%, fazem uso de gírias quando comunicam-se, como se pode constatar no gráfico da página 40.

Considerando o que já foi estudado sobre o histórico do livro didático de língua portuguesa e as descrições feitas até aqui, é possível perceber que o livro em questão traz um avanço muito grande, sendo que há nele um aumento significativo de informações relacionadas aos diversos usos da língua portuguesa bem como uma breve reflexão a respeito da importância da variação linguística, bem como a respeito do preconceito sofrido pelas classes que fazem uso de variantes.

Contudo, uma crítica deve ser feita no tratamento do tema variações linguísticas. O livro analisado apresenta na página 39, a tira do cartunista Fernando Gonsales, retirada do jornal Folha de São Paulo em 3/8/2007:



Nesta tira, há humor construído a partir das diferenças de uso da língua portuguesa ao passo que o papagaio usa as palavras “bicicleta”, “cocrete” e “cardeneta” que causam estranhamento à mulher. Considerando o fato de que os papagaios aprendem a falar o que escutam, ou seja, reproduzem as falas que estão ao seu redor, a mulher percebe o motivo dos usos linguísticos do papagaio ao conhecer seu antigo dono, já que ele tem o mesmo tipo de variação.

Esta é uma tira cômica. Segundo RAMOS (2009), esse tipo de tira consiste em um texto curto constituído por um ou mais quadinhos, com presença de personagens fixos ou não, que cria uma narrativa com um desfecho inesperado. No caso da tira em questão, o desfecho inesperado consiste no fato do comerciante que vendeu o papagaio possuir uma variante desprestigiada, mas esse fato não deveria causar espanto, sendo que as variações linguísticas são muito comuns.

A tira consegue exercer seu papel, sendo que realmente tem intenção de provocar humor, mas há nela um fato dissonante em relação ao contexto em que a mesma é trabalhada. No segundo balão do primeiro quadro a personagem da mulher usa a expressão: - *Nossa! Ele fala tudo errado!* É possível inferir nesta fala que existe uma língua certa e outra errada. De acordo com Bagno (1999), os “erros de português” não existem, mas sim, desvios à uma norma preestabelecida que está muito distante dos usos linguísticos brasileiros.

O fato de essa expressão ser usada não consiste no problema, já que, como foi dito, esta é uma tira cômica. O problema é que em nenhum momento o livro desconstrói a ideia de erro que a personagem traz em sua fala, bem como a ideia de que a diferença deve ser respeitada, já que na tira o papagaio é devolvido por causa de sua variante linguística.

Assim, apesar de provocar uma reflexão acerca do preconceito sofrido por quem tem variantes, nada é feito para mudar a realidade, ao contrário, isso se mostra mantido ao utilizar-se uma tira em que um papagaio é devolvido por possuir variante desprestigiada, ou seja, ele não é aceito devido à sua diferença e não há

nenhuma reflexão que aponte para a dimensão dessa absurda atitude, a tira foi apenas mais um texto, poderia ser qualquer outro, utilizado para iniciar o conteúdo “variação linguística”.

O preconceito linguístico assim como qualquer forma de desigualdade social, precisa receber um pouco mais de atenção na escola. Considerando que é um vastíssimo conteúdo e que trata da vida das pessoas, priorizar a norma-padrão em detrimento da variação linguística é ignorar o aluno e sua cultura.

Considerando que, segundo os PCN's, a escola deve instruir o aluno a “Compreender a cidadania como participação social e política [...] adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e **repúdio às injustiças** (grifos meus), respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito” (BRASIL, 1997, p. 7), há uma falha no livro em questão em deixar sem uma discussão a injustiça sofrida pelo papagaio. Pode parecer que não há nada de importante na tira, porém como o histórico de desigualdade impregnada no Brasil e as constantes lutas em busca da igualdade e do respeito ao próximo, e no caso em questão, pelas constantes discussões acerca do preconceito linguístico, essa tira poderia provocar importantíssimas reflexões voltadas à necessidade do respeito às variantes da língua e às diferenças sociais e culturais.

Já que o livro não trouxe essa perspectiva, caberia ao professor seguir aquele importante conselho de Bagno (1999), apontado anteriormente:

Acionar nosso senso crítico toda vez que nos deparamos com um comando paragramatical e saber filtrar as informações realmente úteis, deixando de lado (e denunciando de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes [...] é necessário lançar dúvidas sobre o que está escrito ali, questionar a validade daquelas explicações, filtrá-las, tomando inclusive, como base seu próprio saber linguístico, devidamente valorizado.

É aí que entra o importante papel do professor como mediador de conhecimento e orientador, ajudando o aluno a interpretar e analisar o LDP desmascarando preconceitos, colocando em foco valores sociais de respeito mútuo, identificando as inúmeras ideologias que cercam o livro e, por fim, promovendo o esclarecimento de que a linguagem está intrinsicamente ligada ao comportamento social e que um reflete no outro deixando consequências que muitas vezes são ruins quando o comportamento é de discriminação.

Os PCN's são claros ao dizer que a crença de que existe uma forma certa de falar provoca uma mutilação cultural, em que o aluno é desvalorizado, como se sua comunidade fosse incapaz e é realmente essa a impressão causada quando o

livro aponta como um dos objetivos do ensino na norma-padrão preparar o aluno para ingressar na vida social, retomando Bortoni-ricardo (2004): “todas as sentenças produzidas pelos falantes de uma língua são bem formadas, independentemente de serem próprias da chamada língua padrão ou de outras variedades” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 71).

Ou seja, o falante é capaz de se comunicar em qualquer circunstância, independente de sua variante e a forma dele se comunicar em nada interfere em sua capacidade intelectual. Inclusive os PCN's são muito expressivos ao dizer que não é papel da escolar ensinar o aluno a falar e quando o fez, foi de forma inadequada, reforçando os preconceitos ao tentar corrigir a fala errada dos alunos. Por isso, o livro não deveria trazer uma tira que expressa comportamento preconceituoso sem apresentar uma nota de repúdio ao mesmo.

Para estudiosos como Bagno (1999) e Colto (1986), as recomendações dos PCN's e o próprio PNLD concordam que o ensino da norma-padrão não só é importante como e muito necessário, pois todos os alunos têm o direito a toda forma de conhecimento, porém há a necessidade de um ensino consciente, em que as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas, repudiando toda forma de preconceito.

Considerando ainda que o PNLD diz que os conteúdos e atividades do LDP devem: “considerar e respeitar as variedades regionais e sociais da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio nesse contexto sociolinguístico” (BRASIL, 2016, P. 20), pode-se dizer que o livro em parte obedece, mesmo de forma muito superficial, pois voltando à questão da tira em estudo o respeito à variedade é totalmente ignorado.

Como foi expresso anteriormente, o livro em estudo apresenta muitos avanços em relação aos anos anteriores, pois já melhor representa seu público, porém, há ainda muito a ser feito, em relação aos usos linguísticos da internet, por exemplo, que é algo muito forte na faixa etária a que o livro é destinado, como foi possível perceber no gráfico da página 41. O tema, no livro analisado, é ainda muito restrito, sendo destinadas apenas duas páginas (180 e 181). O livro poderia sugerir discussões e atividades muito interessantes e apetitosas, principalmente, aos alunos que são as personagens principais dessa história.

Já as histórias em quadrinhos, que são muito apreciadas por esse tipo de público, são muito frequentes no livro, dando um ar de dinamicidade aos conteúdos que são desenvolvidos a partir das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança, ao chegar à escola já traz consigo conhecimentos sobre a língua, principalmente no que se refere à variedade linguística usada em sua comunidade. Entretanto, esse aspecto é, na maioria das vezes, ignorado ou despercebido no âmbito escolar, sendo que, muitas vezes, o corpo docente adota uma postura conservadora, que propõe um ensino normativo da língua.

Apesar de haver as orientações dos PCN's, que muito poderiam contribuir para o conhecimento de quem os utiliza, há constantes discordâncias entre o que eles propõem e as práticas, mostrando que muitos não dão atenção ao que está escrito ali e muitos nem se quer dão ao trabalho de consultá-lo, sendo que de modo geral, a escola, começando pelo livro didático, não reconhece, não respeita e não explora de fato a variação linguística apesar de trazer conceitos e algumas reflexões.

Existe, contudo, a expectativa de que essa realidade seja revertida, afinal é com essa intenção que as pesquisas no campo da educação são realizadas. Aí está a importância da crítica, para que a partir dela as mudanças, assim como ocorreram até hoje, possam continuar, dando ao livro didático cada vez mais competência em relação à formação de cidadãos críticos.

Aprendemos com este estudo que a missão da escola é apresentar aos alunos, entre outras coisas, as formas prestigiadas de falar, contudo, isso deve ser feito sem discriminar a fala original, ou seja, sem desenvolver qualquer tipo de atitude preconceituosa em relação à variação linguística que o aluno traz consigo, trata-se de acrescentar e não de substituir.

Não devemos, entretanto, esperar que o livro didático e a escola acabem com o preconceito linguístico, mas o primeiro passo foi dado, como disse, o primeiro, pois há ainda uma longa caminhada a seguir para que haja a desconstrução desse preconceito que ainda hoje é tão presente em nossa cultura.

Enfim, respondendo ao problema de pesquisa: "O livro didático: 'Português Linguagens', aplicado na Instituição de Ensino Anísio Teixeira (IEAT), promove um ensino de língua portuguesa desconstrutor do preconceito linguístico?" pode-se dizer que apesar da modernização ocorrida, ainda são encontrados vários pontos de insatisfação, principalmente no que se refere ao tratamento dado à tira de Fernando Gonsales no livro. A tira faz analogia a uma atitude preconceituosa por parte de uma

personagem e não há nenhum discurso de repúdio a esse fato no decorrer das atividades que são propostas.

Assim, apesar de o livro apresentar informações sobre a variação linguística, explicando cada um de seus tipos, isso ainda é feito de forma muito superficial e as reflexões que são feitas acerca do preconceito não propõem sua desconstrução, apenas explanam o fato dele existir.

Portanto, sendo que há a exigência, por parte dos PCN's, da presença da variação linguística no LDP, também deveria ser exigido o trabalho com a conscientização de que existe um preconceito a ser combatido. Assim, como sugestão a esse problema fica a ideia de uma elaboração de projetos voltados à exploração das diversas práticas linguísticas que seriam desenvolvidas pelos alunos com participação de todo o corpo escolar, como entrevistas, por exemplo, em que a fala do entrevistado seria analisada em paridade às suas respostas que poderiam ser destinadas à delação dos mais diversos tipos de preconceito, inclusive aqueles sofridos pelo próprio entrevistado.

Finalizo esta pesquisa deixando a sugestão de um possível e necessário trabalho direcionado à desconstrução do preconceito linguístico na escola. Deixo, também, este material como sugestão de pesquisa e leitura a estudantes do curso de Letras e professores que se interessam em dar continuidade a esses estudos e, principalmente, interessam-se em desconstruir esse e qualquer outro tipo de preconceito, visando o bem estar dos alunos e da comunidade em geral, bem como a igualdade social.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tânia Maria. **Sociolinguística – parte I.** in: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz.** São Paulo, SP: Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua materna: a sociolinguística da sala de aula.** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa.** Brasília: 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2017: Língua portuguesa – ensino fundamental – anos finais*. Brasília: 2016.
- BRASILEIRO, Aparecida de Fátima. **ENTRE O LANÇAR, APANHAR E CRUZAR DE GRITOS: A Compreensão Responsiva e o Letramento Literário no Livro Didático do Ensino Médio.** 2014. 145 f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, educação e Linguagens, Vitória da Conquista, 2014.
- CAMACHO, Roberto Gomes. **Sociolinguística: Parte II.** In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CEREJA, Willian Roberto. MAGALHÃES, Tereza Chochar. **Português Linguagens.** São Paulo: Saraiva, 2015.
- COUTO, Hildo Honório do. **O que é o português brasileiro?** São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- LUDWING, Antônio Carlos Will. **Métodos de pesquisa em educação.** Revista Temas em Educação, João Pessoa, 2014.
- MORAIS, Cláudia Goulart. **Os limites e os alcances do tratamento da diversidade linguística e variação linguística em livros didáticos de português.** Tese de

doutorado – universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2014.

NEVES, José Luiz. **Pesquisa qualitativa: Características, usos e possibilidades.** In, caderno de pesquisas em administração. São Paulo, 1996.

RAMOS, Paulo. **A linguagem dos quadrinhos.** São Paulo: Contexto, 2009, p. 24.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **A língua portuguesa como base para o português do Brasil.** 2016. [digit].

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Paulo Roberto Gomes da. **O tratamento da desconstrução do preconceito linguístico no livro didático de português.** Dissertação de mestrado – Universidade Católica de Pernambuco. Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, 2010.

SOARES, Magda. **LINGUAGEM E ESCOLA: Uma Perspectiva Social.** São Paulo, SP: Editora Ática S.A., 1994.

TARALLO, A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 2004.

THOMAZ, Joseli Resende. A pedagogia da variação linguística na escola. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Juiz de Fora. Curso de Mestrado em Educação, 2014.

APÊNDICE – Questionário para traçar perfil do aluno**QUESTIONÁRIO PARA TRAÇAR O PERFIL DO ALUNO**

- 1 **Nome:** _____ (opcional)
- 2 **Idade:** _____
- 3 **Endereço:**
Cidade: _____
Bairro: _____
Rua: _____
- 4 **Você mora em:**
() Zona urbana () Zona rural
- 5 **Qual o nível de instrução de seu pai?**
() Ensino fundamental () Ensino médio
() Ensino superior () Analfabeto
() Não sei
- 6 **Qual o nível de instrução de sua mãe?**
() Ensino fundamental () Ensino médio
() Ensino superior () Analfabeto
() Não sei
- 7 **Em que escola você fez a maior parte dos seus estudos até o atual momento?**
() Escola Pública () Escola Particular com Bolsa
() Escola Particular sem Bolsa
- 8 **Qual o principal meio de comunicação que você utiliza para se manter informado sobre os acontecimentos atuais?**
() celular () televisão () computador () rádio
() outros, quais? _____
- 9 **Você já repetiu o ano:**
() sim, uma vez () sim, duas vezes
() sim, três ou mais vezes () nunca repeti
- 10 **Você tem celular?**
() sim () não
Se a resposta foi sim, responda:
Em que mais usa o celular?
() estudos () jogos () Messenger
() whatsapp () facebook
- 11 **Quando se comunica com seus amigos costuma usar gírias?**
() sim () não
- 12 **Você gosta de estudar?**
() sim () não